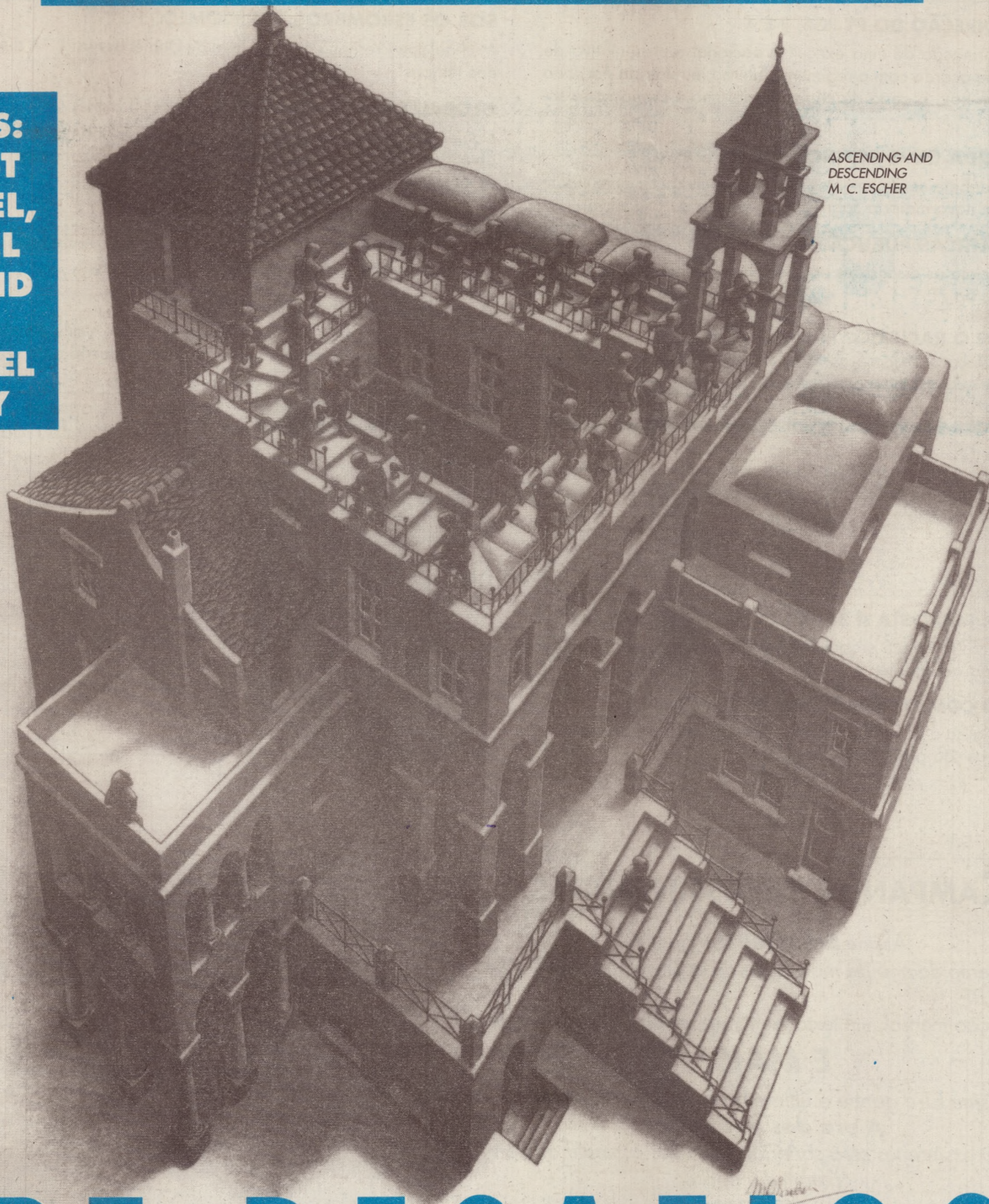


PUBLICAÇÃO DE
CARÁTER INTERNO AO
PT, DISTRIBUÍDA ÚNICA
E EXCLUSIVAMENTE
AOS SEUS FILIADOS

EM TEMPO

Nº 285
R\$ 2,00
DEZEMBRO
1995

**E MAIS:
ERNEST
MANDEL,
DANIEL
BENSAID
E
MICHAEL
LÖWY**



ASCENDING AND
DESCENDING
M. C. ESCHER

PT: DESAFIOS E IMPASSES

O PARTIDO CONFRONTA-SE COM UM NOVO PERÍODO DA LUTA POLÍTICA NO BRASIL E NO MUNDO
E DE SUA PRÓPRIA TRAJETÓRIA. CRECEM OS DESAFIOS E TAMBÉM AS DIFICULDADES

PÁGINAS 3 A 5 E 15 A 19

PARTIDO DOS TRABALHADORES

IMPASSE NA DIREÇÃO DO PT PGS. 3 E 4

O impasse na formação de uma executiva nacional representativa de todo o partido, de acordo com o regimento interno, é relatado por *João Machado*. Em um box, a carta da chapa Socialismo e Democracia sobre a questão.

OU O PT ACORDA OU O SONHO ACABA PG.4

J. Luiz Marques debate os argumentos descabidos utilizados para justificar a posição da nova maioria sobre a composição da executiva.

GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS PG. 5

Tatau Godinho relata as discussões encaminhadas pela secretaria nacional de mulheres do PT.

O PT COMBATE O RACISMO? PGS.12 E 13

Samuel Vida destaca o descaso com que a questão racial vem sendo tratada pelo PT e suas implicações políticas.

AS PERSPECTIVAS DO PT NA NOVA ETAPA DA LUTA DE CLASSES. PGS. 15 A 19

As duas primeiras partes da resolução que está sendo debatida pela tendência Democracia Socialista no processo preparatório de sua próxima conferência nacional.

NACIONAL

DESEMPREGO: RESPOSTA À BARBÁRIE NEOLIBERAL. PGS. 6 E 7

Miguel Rossetto nos resume a proposta de campanha pelo emprego que está apresentando ao debate.

APRENDENDO COM OS SEM-TERRA PG. 8

Ítalo Cardoso analisa as lições das lutas recentes do Movimento dos Sem Terra para a oposição popular no Brasil.

SOCIALISMO

SOB OS ESCOMBROS, O RECOMEÇO PG. 9

Michael Lowy resenha o último livro de Daniel Bensaid, "A discordância dos tempos".

GLOBALIZAÇÃO E CIDADANIA PGS. 10 E 11

Daniel Bensaid debate as implicações da crise dos Estados nacionais e do fortalecimento dos movimentos étnicos e religiosos para a estenção de uma cidadania universal.

UTOPIA ARMADA PG. 12

Valter Pomar debate, a partir de dois livros recém-publicados, os sucessos obtidos pelos zapatistas mexicanos na sua luta.

A RENOVÇÃO DO MARXISMO. PG. 20

Transcrição de uma palestra de *Ernest Mandel* em que ele debate a um programa de renovação do marxismo e sua relação com uma perspectiva ética.



Revolta e melancolia. O romantismo na contramão da modernidade, de Michael Löwy e Robert Sayre (Petrópolis, Vozes, 1995), sistematiza mais de duas décadas de estudos de Löwy sobre o romantismo revolucionário como fonte de radicalização anticapitalista. Da relação entre romantismo e marxismo à Ernest Bloch, de Rosa Luxemburgo aos movimentos ecológicos e à teologia da libertação, uma análise abrangente e indispensável.

CAMPANHA DE ASSINATURAS

Assine **EM TEMPO** e ganhe:

- um instrumento de análise marxista e de acompanhamento crítico dos debates do PT;
- a cada edição mensal, um texto teórico (para os assinantes de apoio)

E MAIS!

Assine ET e ganhe o último livro de Eric Hobsbawn, **A era dos extremos.**

A cada 10 assinantes será sorteado um livro; assinaturas de apoio contam em dobro.

Quero assinar o **Em Tempo** por um ano e receber em meu endereço 10 exemplares. Minha opção de pagamento é:

- Apoio R\$ 40,00 Normal R\$ 20,00

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ UF: _____

CEP: _____ Tel: _____

Recorte ou xeroque e envie junto com um cheque nominal a Carlos Henrique Goulart Árabe
Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda-São Paulo - SP CEP: 01151-000 Tel: (011) 665550

COM ESTA EDIÇÃO, ESTAMOS ENVIANDO AOS ASSINANTES DE APOIO O TEXTO REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA E RESPOSTA OPERÁRIA: O CASO ITALIANO.

EM TEMPO:

Uma publicação da Tendência Democracia Socialista

CONSELHO EDITORIAL:

Américo Bernardes, Carlos Henrique Arabe, Elisabete Burigo, Helena Bonumá, Hugo Manso, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Maria Auxiliadora Gomes, Marilaine Teixeira, Nalu Faria, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Célia Regina de Souza Reg MTb 18.663 DRT/SP

EQUIPE DE EDIÇÃO:

José Corrêa Leite (edição), Caco Bisol (capa), Nelson Joia (editoração) e Carlos Henrique Arabe.
Editoração: Página Sete Artes Gráficas

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda.
Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo/SP
CEP 01151-000 / Fone (011) 66.5550
Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 s/04
Bomfim - CEP 90120 - Fone (051) 227.4642

Impasse na direção do PT

JOÃO MACHADO

Permanece o impasse na composição da executiva nacional do PT, estabelecido desde a reunião do Diretório Nacional do partido de 16 e 17/09. Após o 10º Encontro Nacional, a chapa Socialismo e Democracia, que com 46% dos delegados havia sido a chapa mais votada, propôs uma divisão das responsabilidades na Executiva. Isso representaria a constituição de uma direção compartilhada, o que estaria mais de acordo com a democracia interna petista e reforçaria a unidade do partido. Propôs, assim, o nome do companheiro Joaquim Soriano para a Secretaria Geral.

No entanto, os representantes da chapa Articulação Unidade na Luta, que dirige o novo bloco majoritário (formado também pela Democracia Radical e pela chapa Velhos Sonhos, Novos Desafios, cujo principal dirigente é o companheiro Rui Falcão - as três chapas tiveram, respectivamente, cerca de 40%, 8% e 6%) argumentaram que Joaquim Soriano era um dirigente reconhecido no interior do PT, mas sem "visibilidade" pública, e que isto era necessário para ocupar a Secretaria Geral. Divulgaram esta posição inclusive na grande imprensa.

Para facilitar o acordo, embora discordasse desta concepção, a chapa Socialismo e Democracia propôs então o nome do companheiro Arlindo Chinaglia, deputado federal e ex-presidente do PT e da CUT do estado de São Paulo. Foi então surpreendida por uma comunicação feita pela Articulação Unidade na Luta (que nesse momento mudou seus representantes; os novos representantes alegaram desconhecer o teor de conversas anteriores) de que o Secretário Geral tinha de ser o companheiro Cândido Vacarezza, cujo perfil aliás não incluía a antes reivindicada "visibilidade pública". Foi explicado que o companheiro José Dirceu havia assumido este compromisso para conseguir o apoio do com-

panheiro Rui Falcão para a sua candidatura à presidência! Além disso, a Articulação Unidade na Luta reservava para um de seus membros a outra função mais importante, a de 1º vice-presidente.

Diante disso, os membros da chapa Socialismo e Democracia reivindicaram mais tempo para discutir a questão; como isto foi recusado, não puderam aceitar a indicação de seus membros para a CEN, e não participaram tampouco da votação desta questão. A CEN ficou incompleta.

Abriu-se, então, uma discussão no partido sobre a questão da composição da Executiva Nacional, que dizia respeito muito mais do que aos cargos em disputa: o que estava em questão era se a direção deveria ser compartilhada, de acordo com o espírito da regra da composição proporcional da Executiva, ou se o novo bloco majoritário tinha o direito de reservar para si as funções mais importantes e impor a 46% do partido uma participação secundarizada. Houve manifestações reivindicando a solução do impasse por parte de diversos diretórios do partido e de 24 membros da banca-



BRASSAI

Carta da "Socialismo e Democracia"

**Aos militantes do
Partido dos Trabalhadores**

Já se passaram três meses desde o 10º Encontro Nacional e o nosso partido ainda não tem a Comissão Executiva Nacional representativa e unitária. A eleição da nova Executiva transformou-se em um impasse prolongado. E mesmo não tendo nossa chapa responsabilidade por esta situação, como todos já sabem, temos procurado, com a responsabilidade de representar 46% deste partido, alternativas para que o PT possa se voltar para as lutas e possa, em um ambiente democrático, desenvolver uma política e um projeto oposto e alternativo ao neoliberalismo que governa o país.

Agora, mais uma vez, mas de maneira definitiva, procuramos dar um basta à crise criada pela "nova maioria".

Participaremos da CEN de acordo com as

normas regimentais, que garantem a proporcionalidade. Impediremos que se perpetue a anormalidade - além da ilegitimidade - quando a nova maioria na reunião do DN de 28 e 29 de outubro, preencheu todos os cargos da CEN, apesar da chapa Socialismo e Democracia, naquele momento, não ter concluído as discussões sobre a proposta de composição da CEN, apresentada pelo presidente do PT com o acordo das outras chapas, que reconhecia, em parte, a justiça de nossas posições ao dividir a secretaria geral em dois mandatos.

Assumiremos as tarefas na vice-presidência, organização, finanças, secretaria geral, sindical, formação política e movimentos populares, conforme proposta apresentada para discussão do DN, mesmo sabendo que aquela proposta ainda está aquém de expressar devidamente o conjunto dos filiados

que se fez representar no 10º EN pela chapa Socialismo e Democracia. Mas sabemos perfeitamente que esta participação, para além do direito resguardado pelo regimento, só pôde ser levada à prática porque metade do partido o exigiu. Só se tornou possível devido ao posicionamento de 24 membros da bancada federal, diversos DRs e outras instâncias em defesa da democracia e da unidade partidárias.

É tendo em conta o posicionamento destes companheiros e companheiras, bem como o conjunto dos filiados, que tomamos esta atitude.

O partido precisa de democracia, de política independente, de organização e de convicção socialista: estaremos na executiva nacional para defender estes princípios.

São Paulo, 15 de novembro de 1995
Chapa Socialismo e Democracia



ROBERT DOISNEAU

da na Câmara Federal.

Isto representou uma pressão que levou, na reunião seguinte do DN, de 28/29 de outubro, a que as chapas delegassem ao presidente do PT, José Dirceu, a tarefa de fazer uma proposta de acordo.

A proposta de José Dirceu foi a de dividir o mandato na Secretaria Geral, com o primeiro ano para Cândido Vaccarezza e seguinte para um nome indicado pela chapa Socialismo e Democracia. Ela foi aceita pelas chapas do bloco majoritário, mas a chapa Socialismo e Democracia não teve tempo de concluir

sua discussão. Não pôde, assim, aceitá-la na própria reunião do DN.

Isto levou o bloco majoritário a eleger uma Executiva completa e "pura", isto é, apenas de nomes seus (o que, é preciso observar, tem uma legalidade discutível: não respeita a regra da proporcionalidade nas Executivas). No entanto, seus membros, e especialmente José Dirceu, reafirmaram no final da reunião a proposta de acordo já apresentada; José Dirceu inclusive se declarou "à disposição das chapas para continuar o processo de negociações".

No dia 15 de novembro uma reunião da chapa Socialismo e Democracia pôde concluir a discussão da proposta existente de acordo, e resolveu que o melhor para o partido era aceitá-la, pondo fim a um processo muito desgastante (conforme carta anexa).

No entanto, quando, em 20 de novembro, uma delegação da chapa comunicou esta posição a José Dirceu, deparou-se com uma nova surpresa: o presidente do PT disse que a proposta de acordo não mais existia, e que o assunto iria diretamente para a próxima reunião do DN, nos dias 16/17 de dezembro.

É difícil entender o que isto significa. De qualquer maneira, fica a ameaça de que após a próxima reunião do DN a partido não veja ainda a solução para o problema da composição da sua CEN, e que não tenha uma executiva representativa de todo o partido. □

Ou o PT acorda ou o sonho acaba

J. LUIZ MARQUES

A idéia de representação política é incontornável, com o crescimento demográfico das cidades. Esteve presente até no auge da experiência dos soviéticos russos, os quais tiveram de eleger "comitês supremos" para funcionar com agilidade durante a revolução de 1917, pois contavam de início com um número elevado de membros em plenário. Que aquelas coordenações tenham se tornado, na prática, nos únicos órgãos de comando usurpando o poder dos delegados diretamente eleitos pelas bases - é uma história à parte. O fato é que a representação política encarna mesmo o exercício da democracia direta. Norberto Bobbio, inclusive, afirma que o que costuma-se classificar de democracia direta ou participativa não é mais do que a extensão da representação no âmbito da sociedade política para as relações na sociedade civil. Maneira de dizer que a representação política tem vocação universal.

Também os partidos de massa desenvolvem internamente mecanismos de representação que extrapolam as decisões tomadas pelo coletivo militante nos fóruns convencionais. As discussões, aliás, que estremeceram o convívio do PT após o 10º EN, não colocaram em xeque a idéia de representação, convém assinalar. Questionaram foi a equação para a divisão de responsabilidades, na escolha dos nomes para preencher funções dirigentes no partido, o que é diferente. O episódio em si sus-

cita uma reflexão, independente do desfecho. As divergências revelaram na nova maioria um atropelo da lógica e um desvio de concepção.

O atropelo da lógica está em ter buscado um critério além do círculo partidário para resolver uma negociação interna, não sobre a linha política a seguir na conjuntura ou sobre a indicação de um candidato à eleição majoritária para a administração pública (o que poderia justificar o apelo externista), mas sobre a composição política da direção (o que num partido de massas depende simplesmente de um reconhecimento pela militância). A nova maioria incorreu assim num sofisma, ao transgredir os limites argumentativos da razão na disputa em questão. Formalmente, cometeu um erro lógico de raciocínio, - e que não parou por aí.

A nova maioria incidiu ainda em um desvio de concepção, ao tentar impor um critério cujo conteúdo caberia em um partido de notáveis e jamais um partido de massas, que é como tradicionalmente o PT se define. Quando vetou o nome de um companheiro de longa data, sob a alegação de que não possuía legitimidade popular, confundiu os conceitos de representação política e o de representatividade social, conforme é comum acontecer nas organizações de notáveis em que determina-se funções de chefia a partir do peso de urnas. À concepção eleitoralista de legitimidade, somou depois um taticismo, uma tática a serviço de meios e não de fins, ao barrar um deputado federal apontado em segunda opção pelos atuais "mencheviques", a nova minoria. Se antes

argüiu como os sofistas, após o segundo veto mostrou a falácia de sua argumentação, a mentira proposital que saltou do discurso fora de lugar ao sectarismo "bolchevique", no sentido autoritário e casuístico da expressão.

Não à toa, em alusão aos métodos adotados na luta pela hegemonia, alguns que denuncia a americanização do PT. Um fenômeno derivado da tendência à oligarquização burocrático-parlamentar, que visa substituir a autonomia dos processos decisórios na legenda pela opinião do público, por ser mais adequado de certo aos ditames da sociedade de espetáculo. É compreensível então que tentem fechar espaços às lideranças sem visibilidade jornalística e abrir as portas para os shows que ignoram toda ética entre iguais, tendo por mestre de cerimônia literalmente os "eleitos", se não todos eles ao menos os que aceitam o papel.

Quando Maurice Duverger estudou as diferenças entre partido de massas e de notáveis, nos anos 50, não considerou que os últimos ganhariam um enorme esforço cultural com a passagem da *democracia liberal* clássica para a democracia mediática moderna. Esta faz crer que a presença na mídia é um aval acima das classificações identitárias. No entanto, apenas prova que a crise das ideologias tornam os próprios partidos de massas vulneráveis aos valores tradicionalmente cultivados nos clubes de notáveis. Ou o PT acorda ou o sonho acaba. E não por causa do uso, mas sim do *abuso caricatural da idéia de representação*. □

Gênero e políticas públicas

TATAU GODINHO

Ao pensar o caráter das políticas públicas precisamos trazer à tona e desvendar a concepção da organização do espaço e da vida pública também a partir das relações de poder e dos papéis sociais estabelecidos na sociedade. E a primeira constatação para uma análise do ponto de vista de gênero é que o Estado interfere na organização da vida social mantendo a dicotomia homem/mulher-público/privado sob uma ótica aparentemente indiferente, porém bastante discriminadora.

Incidir sobre a família

Se partimos de uma avaliação de que é o papel da mulher na família o estruturador de sua entrada e atuação no mundo público, a construção de condições de igualdade deve intervir sobre a vida doméstica, alterar as condições das mulheres aí, possibilitar-lhes participar no mundo público sem as amarras objetivas (e subjetivas) da vida familiar. Em se tratando da luta das mulheres ou da definição de políticas governamentais, é essencial definirmos prioridades. E esta definição de prioridades me parece central ser pensada com o objetivo de alterar as condições estruturais da vida das mulheres. E aqui passam a interferir as visões que se tenha sobre a situação das mulheres na sociedade, os caminhos para buscar a superação da opressão, o papel do Estado neste processo.

Desenvolveu-se no movimento uma visão multifacetada de como se expressa a opressão das mulheres, que em parte responde à necessidade de analisar e atuar sobre as diferentes aspectos da opressão das mulheres na vida pública e na vida privada. Isso, entretanto, transformou-se também em uma dificuldade e resistência em estabelecer estratégias unificadas e definir prioridades de bandeiras de luta.

E a política desenvolvida nas administrações muitas vezes padece também deste problema. Problema que se agrava em função da impermeabilidade dos e das administradores a pensar a gestão com um ponto de vista de gênero e face a duas outras questões: por um lado, o movimento de mulheres no Brasil se centrou pouco no debate sobre as questões do trabalho e trabalho doméstico, acumulando pouco a elaboração e capacidade de mobilização nestas áreas; por outro lado, as áreas de políticas sobre as mulheres estão, quase sem exceções, extremamente distanciadas dos espaços de poder nos executivos.

Definindo prioridades

Das muitas questões a serem discutidas, podemos ressaltar algumas que poderão servir para aprofundamento das discussões e nos armar melhor para o enfrentamento de nova rodada de eleições municipais em 1996: refletir sobre áreas essenciais para a construção de políticas e serviços públicos que fortaleçam as condições de emancipação das mulheres.

A garantia do direito ao trabalho, direito ao trabalho remunerado, o acesso à renda é um termo essencial para criar as condições de independência pessoal e de sobrevivência. Esse direito só será efetivo se se incide sobre o trabalho doméstico e obrigações familiares, garantindo às mulheres as melhores condições de acesso,

alocação e permanência no mercado de trabalho, concretizadas em políticas sociais, serviços e equipamentos. Sem dúvida, o mais importante deles são as creches e escolas de educação infantil. As experiências são muito mais limitadas quando se tratam de outros equipamentos, como lavanderias, cantinas ou restaurantes. Outra área central são as políticas que permitam às mulheres o controle sobre sua própria reprodução em boas condições de saúde. Neste caso, a grande maioria das administrações nem mesmo garante às mulheres o acesso e o acompanhamento de métodos anticoncepcionais, para não falar em qualquer política em relação ao aborto. Após a experiência pioneira da Prefeitura de São Paulo, com atendimento na rede de saúde pública dos casos de aborto previstos em lei (gravidez resultante de estupro ou risco de vida da mãe), nenhuma administração desenvolve esta política.

O seminário foi bastante positivo em apontar a necessidade de se construir uma política global e estabelecer prioridades de mudanças estruturais. Reafirmou a necessidade de se ter um organismo coordenador de tais políticas e da sua integração ao planejamento geral das políticas governamentais. Apontou para a exigência da construção prévia de alianças e apoios já na elaboração dos programas de governo, que se iniciam ainda no período das campanhas. A experiência do PT nos tem demonstrado que a única hipótese de abriremos espaços no caso de assumirmos um governo, foi quando acumulamos na campanha e no programa antes da vitória e quando ganhamos força no partido. Mesmo assim, sem que isso seja qualquer garantia para o futuro. □



BERT DOISNEAU

A Cidade das Mulheres

A Cidade das Mulheres: gênero e políticas públicas foi um seminário realizado, nos dias 10, 11 e 12 de novembro, pela Secretaria Nacional de Mulheres do PT em conjunto com o SOF, o Instituto Cajamar, ELAS, com o apoio do ILDES-FES. O seminário reuniu 83 mulheres, em grande parte companheiras que estão vinculadas a administrações municipais e que realizam trabalho na área de programas ou assessorias de políticas dirigidas às mulheres, militantes do movimento, além de companheiras das Secretarias do PT em 15 Esta-

dos. O seminário debateu a situação das mulheres na conjuntura nacional, o papel das políticas públicas e a discussão sobre direitos e democracia, bem como o planejamento público, no universo da vida urbana.

Buscando discutir a construção de um ponto de vista de gênero no desenvolvimento das políticas públicas, o seminário tinha como objetivo abrir espaço para a reflexão sobre o papel do Estado e criar espaço para este debate, também junto com as administrações petistas.

Resposta à barbárie neoliberal

MIGUEL ROSSETTO

A existência concomitante de meios de produção ociosos, seres humanos desempregados e miséria constituem uma das características mais perversas das sociedades capitalistas. Significa que homens, mulheres e crianças são obrigadas a viver em condições indignas, passar fome e, muitas vezes, morrer porque simplesmente não conseguiu organizar a produção social possibilitando a utilização de todo o trabalho humano disponível.

O desemprego é muito mais que números frios verificados em pesquisas de instituto especializados. Oculta atrás de si dramas individuais e coletivos. Um doloroso processo de destruição da dignidade de homens e mulheres, de privação dos elementos básicos da cidadania e da auto-estima. Falar do desemprego é falar da infância abandonada, da violência, da desnutrição, de doença e de morte.

Uma democracia que nega a seus cidadãos e cidadãs o direito básico de, através de seu trabalho prover o seu sustento, não é democracia. Esta democracia é uma farsa.

O pleno emprego deveria ser, portanto, o orientador de toda ação de um governo que pretenda diminuir a miséria e construir uma perspectiva de futuro para as grandes maiorias nacionais.

Infelizmente este não é o sentido da política econômica de Fernando Henrique Cardoso. O mesmo presidente que diz rir de quem fala em desemprego, é quem dizima postos de trabalhos, em nome de uma falaciosa globalização, arrocha o mercado interno, saqueia os recursos do fundo de amparo ao trabalhador (FAT) para financiar a dívida pública e produz apenas em seu primeiro ano de governo mais de um milhão de novos desempregos.

preço, é quem dizima postos de trabalhos, em nome de uma falaciosa globalização, arrocha o mercado interno, saqueia os recursos do fundo de amparo ao trabalhador (FAT) para financiar a dívida pública e produz apenas em seu primeiro ano de governo mais de um milhão de novos desempregos.

I. Regulação do mercado de trabalho

Redução da jornada. A primeira alternativa no combate imediato ao desemprego é a diminuição do horário de trabalho para a ampliação do acesso das ocupações existentes.

Esta diminuição tem sido uma tendência geral na história da humanidade: em 1890 trabalhava-se nos países capitalistas desenvolvidos uma média de 2.800 horas/ano, o que corresponde a uma jornada semanal de 55 horas e uma única semana de férias por ano. Um século depois, trabalha-se nos EUA uma média de 1.600 horas/ano e na Suécia menos ainda, 1.400 horas, o que corresponde a uma jornada de 30 horas semanais e seis semanas de férias por ano. Neste sentido, a pauta unificada da Confederação Europeia de Sindicatos já aponta para a

redução da semana para 32 horas em 4 dias de trabalho.

Inibir a demissão imotivada. O Brasil é um dos poucos países do mundo em que a demissão de empregados é a primeira alternativa que a empresa adota em qualquer sinal de dificuldade financeira.

Disto decorre uma absurda taxa de rotatividade em quase todos os setores econômicos, o que está na contramão de toda perspectiva de qualificação do trabalhador.

Estando hoje todo o custo de demissão concentrado na mão do Estado (FGTS, seguro-desemprego etc) bancado por fundos, a opção pela demissão não altera significativamente os custos da empresa, facilita a opção pela demissão do funcionário num momento de desaquecimento para recontratá-lo meses depois em um novo impulso de mercado. Isto quando a empresa não opta pela fraude em que após a demissão do trabalhador volta à empresa na informalidade.

Em suma, a atual legislação estimula o desemprego conjuntural e esgota recursos do Tesouro para o enfrentamento do desemprego estrutural. O PT deve se movimentar no sentido de apresentar projeto de Lei regulamentando a Constituição Federal que já prevê a limitação da demissão imotivada além de atribuir maior responsabilidade financeira ao empregador em caso de demissão.

Inibição das horas-extras. Horas-extras é um mecanismo gerador de desemprego. Uma alternativa ao marco atual onde as empresas fazem uso abusivo das mesmas é a taxação das horas-extras revertendo os resultados obtidos para um fundo de combate ao desemprego.

Legislação sobre terceirização e subcontratação. Entre março de 1994 e março de 1995 o emprego informal cresceu 7 vezes mais que o emprego formal. Isto é em grande parte decorrência direta do processo de terceirização e subcontratação que vem ocorrendo em grandes empresas. Por este caminho elas se desobrigam de direitos sociais e trabalhistas e reempregam a mesma força de trabalho com a nova configuração jurídica.

A proposta do PT deve ser de equiparar os trabalhadores da subcontratada aos da empresa principal com os mesmos direitos. Será assim eliminada a opção da empresa por seu desmembramento apenas visando o rebaixamento dos direitos de seus trabalhadores.

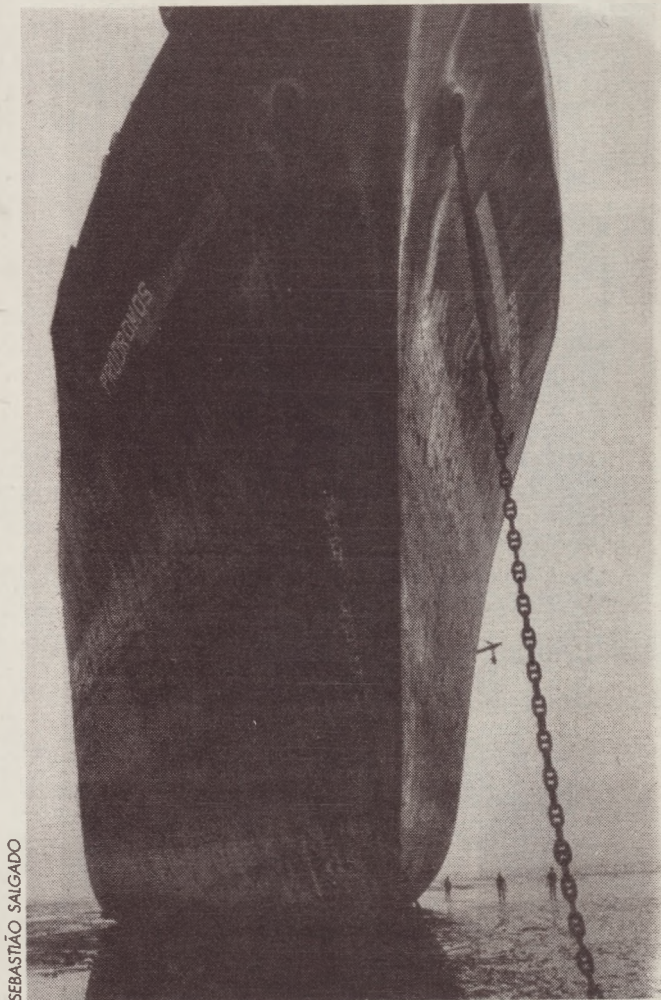
Penalização ao descumprimento da lei. A cada ano ingressam na Justiça 1,5 milhões de ações trabalhistas em todo o país. Isso decorre da absoluta impunidade de quem sonega os direitos trabalhistas. Enquanto que em outros países, como a Espanha, o descumprimento da legislação trabalhista resulta em prisão do violador, no Brasil não há sequer previsão de multa para o mesmo.

O resultado é que é mais barato sonegar direitos esperando o recurso à Justiça (quando houver, e de via de regra reduzindo valores através de acordo) do que pagá-los regularmente.

O PT deve buscar aprovar uma legislação que penalize o descumprimento dos direitos de tal forma que torne economicamente desinteressante o comportamento ilegal.

Democratizar as relações de trabalho. O atual sistema corporativista e autoritário de relações de trabalho é funcional a um modelo econômico-social excludente, já que se alicerça na subordinação da organização e ação dos trabalhadores ao Estado, ao mesmo tempo que abre um vasto campo para a impunidade patronal.

No sentido da superação do atual sistema, o PT deve



SEBASTIÃO SALGADO

O pleno emprego deve ser o orientador de toda ação de um governo que pretenda diminuir a miséria e construir uma perspectiva de futuro para as maiorias.

apoiar a proposta da CUT de uma legislação de sustento que garanta os direitos individuais básicos para todos os trabalhadores e avance em direitos coletivos (à organização no local de trabalho, liberdade de organização sindical etc).

II. Seguridade ao desempregado

Construir um sistema de seguridade ao desempregado pressupõe a existência de recursos capazes de fazer frente ao volume necessário dos programas. O Fundo de Amparo ao Trabalhador que foi criado com este fim vem sendo sistematicamente sacado pelo Tesouro para fazer frente a gastos que nada tem a ver com sua finalidade. A MP 964, já reeditada várias vezes, institucionalizou este desvio. O PT já entrou com Ação Direta de Inconstitucionalidade, deve se mobilizar para exigir a imediata apreciação desta medida e defender sua rejeição no Congresso.

A constituição de um Sistema Único de Emprego, que coordene seguridade, treinamento e colocação, com gestão tripartite (governo, empresários e trabalhadores) nos três níveis administrativos é outra medida que pode dar maior eficiência.

Simultaneamente devemos propor a mudança no regulamento do seguro-desemprego, flexibilizando regras de benefício, tornando obrigatória a inscrição no sistema público de recolocação profissional e ampliando os prazos em caso de qualificação profissional.

Igualmente devemos propor a articulação do sistema de emprego com linhas de crédito voltadas à geração de ocupação e renda com recursos oriundos do FAT e BNDES.

III. Crédito orientado

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem seu capital constituído com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) que repassa para este 40% do total de sua receita. O BNDES, no entanto, não tem na aplicação destes recursos, qualquer critério de geração de emprego e renda. Ao contrário, é comum a utilização destes recursos por grandes empresas privadas para o financiamento de seus processos de reconversão produtiva, responsáveis pela diminuição de números de postos de trabalho e recentemente para o financiamento dos processos de privatização de empresas públicas.

Trata-se de uma evidente descaracterização da finalidade destes recursos. O PT deve propor mudanças na legislação que vincule os recursos do BNDES ao financiamento a pequenas empresas, a projetos geradores de novos empregos, a projetos que visem reduzir o impacto do desemprego tecnológico etc. Deve também destinar parte destes recursos para o atendimento às necessidade de financiamento a auto-ocupação, em micro-empresas, cooperativas e setor informal, vinculadas ao Sistema Único de Emprego.

Hoje, além das taxas de juros extorsivas, as iniciativas econômicas de pequeno porte, são afastadas do mercado formal de crédito pelas exigências requeridas pelos estabelecimentos de créditos, particularmente pela exigência de garantias reais. Esta exigência se verifica mesmo em estabelecimentos da rede oficial, impedindo muitas vezes a operação até mesmo de programas voltados para este público. Este é o caso do PROGER, financiado pelo FAT e operado pelo Banco do Brasil, que tem o acesso as suas linhas de financiamento dificultadas por exigências impossíveis de ser cumpridas pelos possíveis tomadores. Neste sentido devemos incorporar à legislação a autorização da fiança solidária como garantia de empréstimos a tomadores de baixa renda. A fiança solidária é o sistema pelo qual um grupo de empreendedores responde solidariamente pelo empréstimo de cada um dos seus integrantes.

IV. Investimento em infraestrutura

Retomar o investimento público em setores sociais com potencial de criação de empregos tais como saneamento básico, habitação popular etc. Este sentido deve estar contido nas emendas apresentadas pelo PT à proposta orçamentária de 1996.

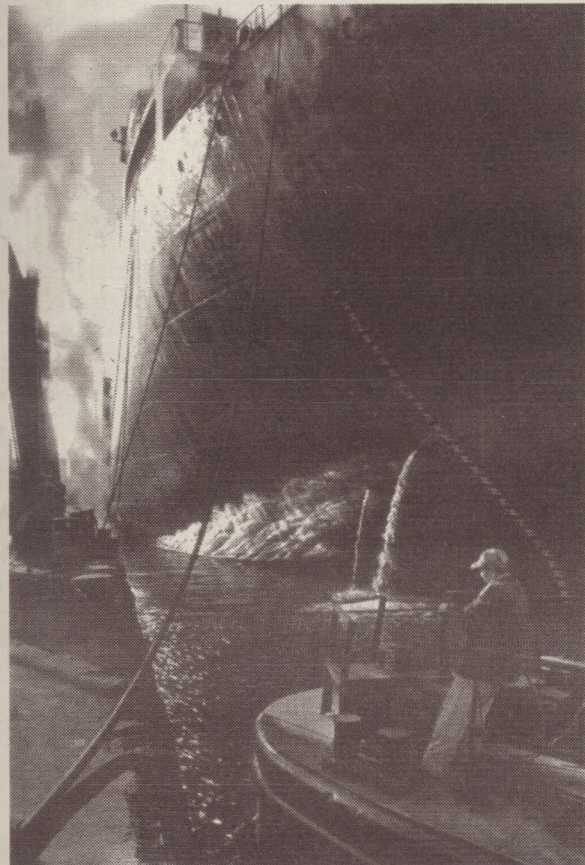
V. Proteção ao mercado interno

Uma das características da dita globalização é a "harmonização por baixo" dos mercados de trabalho. A superexploração da mão de obra com jornadas de trabalho de até 12 horas, salários de 30 dólares, proibição da existência de sindicatos, trabalho escravo etc. em países emergentes como do leste asiático pressiona pelo custo de seus produtos os demais mercados mundiais.

A chantagem usada, as vezes, pela mesma empresa com unidades em ambos países é da necessidade de se reduzir os custos com a força de trabalho para competir com os produtos destes países. A inexistência de sanções a esta forma de "dumping social" nestas áreas é resultado dos interesses do grande capital, que por um lado, sendo globalizado, tem interesses nestas áreas e seria também atingido e por outro tem interesses na utilização deste contraponto como elemento de pressão sobre os direitos sociais das economias nacionais.

Desta forma, a discussão sobre a inclusão de uma cláusula social ganha atualidade. A legislação deve prever explicitamente as sanções para este tipo de comércio e proteger da concorrência predatória o mercado e emprego internos. □

Miguel Rossetto é deputado federal pelo PT-RS.



SEBASTIÃO SALGADO

Um marcha sobre Brasília

Nenhuma vitória significativa será obtida pelo caminho da luta setorial ou fragmentada. Não há, em nenhum setor, possibilidades de vitórias que não levem em conta a lógica geral da reforma neoliberal, sua potência e seus limites. A sorte de todo e qualquer movimento ou reforma está intimamente vinculada com o impacto que o Plano Real e o ideário neoliberal for capaz de continuar produzindo no imaginário popular. Só abriremos um novo período no enfrentamento a FHC se caminharmos na direção de globalizar o descontentamento hoje fragmentado.

O PT deve trazer à tona o Brasil real submerso pela propaganda. O país do desemprego recorde, da falência da saúde, da infância e da velhice abandonadas, da violência, da desigualdade, etc. Devemos propor um enfrentamento de projeto e de pauta que fale indiscriminadamente em nome da maioria.

O PT deve se propor a ser o articulador de um movimento nacional envolvendo todos os setores que se chocam com as consequências do neoliberalismo. Acreditamos que é possível iniciar o próximo ano com um vigoroso movimento de massas que sacuda a consciência nacional, dando visibilidade ao Brasil real.

Uma forma de iniciar este processo é organizarmos um movimento para a realização de uma grande marcha sobre Brasília, contra o desemprego e a exclusão, em março do próximo ano. Ela pode servir de elemento articulador de setores do movimento sindical, popular e agrário, forjando-lhes uma unidade prática, um móvel de unidade e ação para todas as forças de oposição e um foco de luz sobre públicos e problemas esquecidos pelo discurso oficial.

Aprendendo com os Sem Terra

ÍTALO CARDOSO

Aformidável ação de milhares de famílias sem terra em todo o país nos traz duas conquistas. Em primeiro lugar, impôs uma derrota ao governo. FHC, eleito por uma aliança de grandes proprietários e grandes capitalistas, foi obrigado a responder uma demanda social, o que também implicou em atritos na sua base de sustentação.

A agenda política incorporou o tema da reforma agrária abrindo novas frentes de disputa. Para o governo trata-se de esvaziar um conflito que pode adquirir proporções de vulto, mas também evitar que a reforma agrária ganhe o caráter de mudanças estruturais no campo; para o movimento e a esquerda abriu-se uma rara oportunidade de retomar a luta por reformas populares, dentre as quais destaca-se a reforma agrária.

Mostrarem, em segundo lugar, que o regime neoliberal tem flancos a atacar, que não é imbatível, que desata enormes conflitos, enfim, que é possível continuar a luta por transformações sociais profundas no Brasil. Os Sem Terra conseguiram romper o isolamento, alcançando grande legitimidade, e usaram um conjunto de táticas acertadas, da ocupação à negociação. Os movimentos, o PT e a CUT agiram em solidariedade, criando um arco de defesa e apoio que há muito tempo não acontecia.

O risco de isolamento, que poderia se configurar com a prisão de Diolinda e Márcio, foi superado com a mobilização solidária e, principalmente, com a capacidade de iniciativa do MST. Uma série de atos públicos vem sendo convocados, mutirões de solidariedade são organizados, etc.

Táticas e o programa do governo

A primeira resposta do governo aos sem terra foi a acusação de vinculação ao Sendero Luminoso. Ao que tudo indica foi uma iniciativa dos órgãos de repressão ainda ativos em consonância com o Ministro da Agricultura. Parte de um cerco maior, a investida foi rechaçada tanto pela cobrança pública realizada pelo PT como pela firmeza do MST que manteve a iniciativa, não se intimidou e ampliou as ocupações.

O momento seguinte mostrou uma nova tática do governo, com a nomeação de um novo presidente para o INCRA aceitando negociar com os sem terra. O cálculo dos neoliberais era o de que precisava evitar a expansão do movimento. Mas o recurso à repressão, obviamente, manteve-se ao lado: a polícia continua sendo

acionada e o judiciário tem carta branca para defender os latifundiários - aliás, ricos invasores de terras devolutas, que nem mesmo a legalidade tem ao seu lado (o que não quer dizer que não tenha, como está provado, a lógica atual do judiciário, incluindo a corrupção, como recurso).

Não há qualquer espaço ou possibilidade, no programa neoliberal, de a pequena propriedade rural cooperada ter um papel econômico relevante. Ao contrário, ela, no máximo, poderia constituir-se em programa de compensação social face à crescente exclusão e explosividade urbana. Não há como inserir a reforma agrária na globalização em curso.

Desafios da reforma agrária

Ao lado da solidariedade ativa, uma das grandes tarefas hoje é a construção e difusão do programa da reforma agrária. Se em primeiro lugar está a destruição do latifúndio e a democratização da propriedade, isto está longe de esgotar os desdobramentos da luta. A viabilização de formas de produção no campo estruturadas em cooperação, a partir da pequena propriedade, exige meios amplos de financiamento e assistência técnica, que por sua vez devem se associar a uma dinâmica de desenvolvimento do mercado interno. O controle social dos fundos de financiamento estatais, por exemplo, é uma das questões decisivas. Há uma grande discussão e elaboração acumuladas no movimento e no PT que permitem apresentar um verdadeiro programa de transformação do campo com ampla repercussão na vida urbana, possibilitando uma vasta aliança entre o movimento popular e sindical e o movimento dos sem terra. Difundir amplamente este programa é hoje uma prioridades.

De outro lado, a reforma agrária arrasta outros temas. Destaca-se, de início, a luta pela democratização do judiciário. O questionamento dos fundamentos legais e da estrutura do judiciário não podem mais ser resolvidos com fórmulas do tipo "controle externo" sobre a sua estrutura administrativa para evitar abusos. É preciso muito mais: mobilizar para quebrar o conservadorismo e para apresentar uma reforma profunda para democratizar o poder judiciário.

Mas se destaca também um outro aspecto decisivo: a luta contra o desemprego e a exclusão. A reforma agrária deve ser um eixo central do movimento dos trabalhadores urbanos, seja nos sindicatos seja através das organizações que lutam pela reforma urbana.

O impacto da ação dos sem terra na conjuntura criou uma rara oportunidade para retomarmos a construção de uma alternativa global ao neoliberalismo. Trata-se de reconstruir perspectivas transformadoras e capacidades de mobilização. O desafio é, em primeiro lugar, o de mudar a agenda do próprio movimento popular e sindical e da esquerda, do Partido dos Trabalhadores em particular, estabelecendo uma pauta de demandas sociais que aliem os interesses de vastos setores populares, buscando unificar grandes movimentos que "globalizem" o descontentamento e tenham força para impactar a sociedade e contrapor-se ao governo, construindo uma visão de desenvolvimento do Brasil que democratize o poder e a propriedade. □

Ítalo Cardoso é vereador do PT na cidade de São Paulo



SEBASTIÃO SALGADO

Ao impor uma derrota ao governo FHC, os Sem Terra mostraram que o regime neoliberal tem flancos a atacar e que é possível continuar a luta por transformações sociais profundas no Brasil.

Sob os escombros, o recomeço

MICHAEL LOWY

Daniel Bensaid acaba de publicar na França duas obras sobre Marx e o marxismo: **A discordância dos tempos** (*La discordance des temps*. Essais sur les crises, les classes, l'histoire. Editions de la Passion. Paris, 1995, 301 pags.) e **Marx, o intempestivo** (*Marx, l'intempestif*. Grandeurs et misères d'une aventure critique. XIX-XX siècles). **Em Tempo** resenha aqui o primeiro deles, além de publicar um extrato do capítulo desta obra intitulado "Globalização: nações, povos, etnias" (págs. 10/11).

A discordância dos tempos, livro apaixonante, apresenta-se como uma coletânea de ensaios, na maior parte inéditos, sobre assuntos muito diversos: a economia, as classes sociais, a história. Entretanto, ele não deixa de se constituir num conjunto dotado de uma profunda coerência, não apenas graças a uma tema unificador, a temporalidade desconectada, mas sobretudo graças a um certa tonalidade, um certo estilo, uma certa fonte: a dos revolucionários que se recusam a se render.

A diagonal de classes

Mas esta obra é importante também por uma outra razão. Daniel Bensaid nos ajuda a retirar dos escombros os materiais para um recomeço. Sob a tripla estrela de Charles Péguy, Leon Trotsky e Walter Benjamin - três vencidos que não se dobraram aos vereditos da pretendida razão histórica, a saber, a razão do mais forte - ele esboça a imagem de um marxismo novo, desperto do longo sono dogmático, desembaraçado da nefasta hipoteca estatista, livre dos pesados grilhões do positivismo e da camisa de força do progresso linear. Um marxismo crítico, que se distancia do modelo científico naturalista ("a inelutabilidade de um processo natural") - ainda presente em certas passagens de **O capital** - para optar, resolutamente, pela lógica dialética de uma história aberta.

O livro é composto de três grandes partes, respectivamente consagradas aos ritmos econômicos e às crises, às relações entre a luta de classes e as outras formas de conflito, à ensaios críticos sobre a razão histórica.

Em cada uma das partes, o procedimento do autor consiste em utilizar a ponta afiada da negatividade marxista-crítica. Destacando, por exemplo, que o mercado não é simplesmente uma forma da "contratualidade" mas uma ditadura impessoal das coisas, produto de muitas décadas de medidas coercitivas. E que, em consequência, a transição ao socialismo não é possível sem a "desmercantilização" da economia e sua submissão à uma outra lógica, "política no sentido nobre e cívico do termo", orientada pela satisfação das necessidades democraticamente determinadas.

Ou ainda que, rechaçando enfaticamente a



ROBERT DOISNEAU

posição dos pós-modernos, que negam todo vetor de universalização suscetível de articular as diferentes contradições, abandonando os indivíduos ao turbilhão de interesses fragmentários, ao parcelamento identificatório generalizado que é, no fundo, o avatar último do fetichismo da mercadoria.

Contra as miragens da razão histórica que acredita poder deduzir da mundialização das trocas o fim do nacionalismo agressivo (como Habermas), Bensaid mostra que a concorrência liberal multiplica as desigualdades e alimenta os ressentimentos: a universalização da economia, o cosmopolitanismo mercantil, de um lado, o fetichismo mórbido da terra, de outro, são dois lados da mesma moeda. A paciente reconstrução das solidariedades de classe, da fraternidade pela base, permanece o único fio vermelho permitindo encontrar a saída do labirinto das identidades.

Não se trata de reduzir o conflito social apenas ao choque de classes, mas de analisar as articulações entre estes e os outros antagonismos sociais (hierárquicos, sexuais, nacionais, étnicos): a "diagonal de classes" liga sem confundir estas múltiplas figuras do conflito.

Ponto culminante

A terceira parte do livro - "História, fim e continuidade" - é, na minha opinião, a mais instigante, porque é a mais marcada pela subjetividade do autor. Aí, Daniel Bensaid destaca admiravelmente as afinidades eletivas entre o socialista romântico francês Péguy e Walter Benjamin, que partilham da mesma recusa da ideologia do progresso linear, do mesmo interesse pelos mesmos "estruídos à distância" - que permitem "comunicar as épocas, renascer os instantes perdidos e iluminar os astros extintos" - a mesma visão do acontecimento como interrupção e insurreição.

O último capítulo - "O grande Karl morreu?" - é o verdadeiro ponto culminante da obra. Reflexão crítica sobre um fim de século contra-revolucionário, este texto, de um grande conteúdo moral e político, gira em torno de uma questão vital: "Pode-se ficar sem um horizonte utópico, sem projeto, sem outro que este círculo vicioso da mercadoria? Pode-se resignar à repetição do capital e à sua infernal eternidade?" Os autores, os intelectuais, os movimentos políticos são julgados segundo respondam ou não pela negativa esta questão.

A única ressalva que este livro me inspira é a palavra "espera": trata-se de uma "espera inquieta", de "vigiar a linha movediça do horizonte" a irrupção do acontecimento, ou onde "espreita uma nova aparição messiânica carregada de significados inéditos". Em seu capítulo sobre Bloch e Benjamin, o messianismo secularizado deste último é definido como "a espera ativa e inquieta da sentinela".

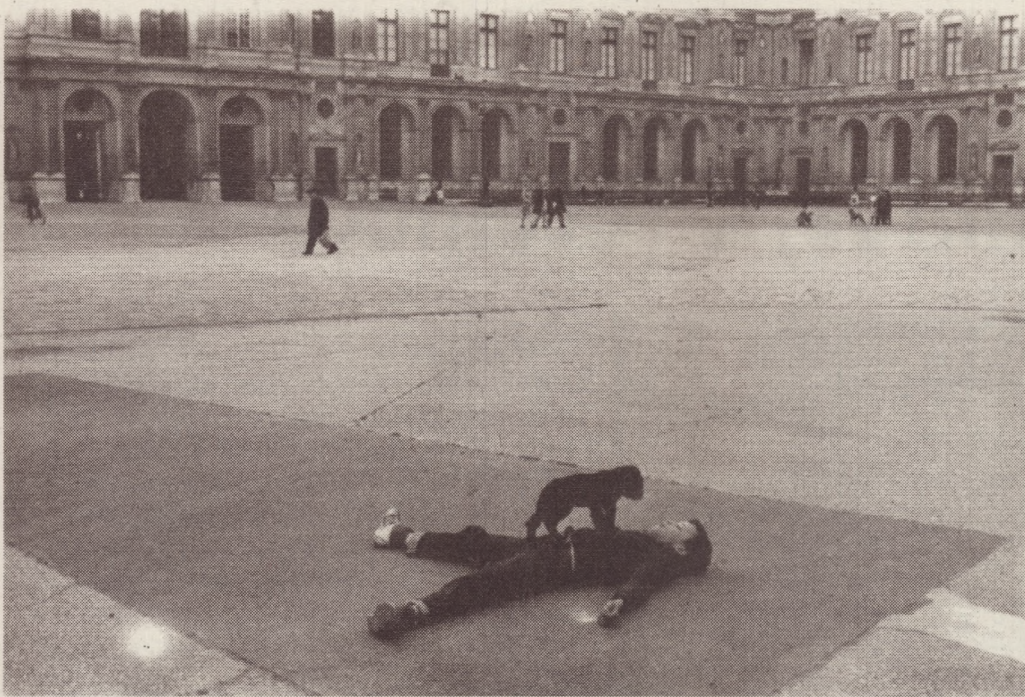
Ora, o messianismo revolucionário de Benjamin - contrariamente àquele dos rabinos ortodoxos - não consiste precisamente em não "esperar" o acontecimento messiânico mas em o provocar? Porque cada geração é dotada de uma força messiânica; não é a ação revolucionária, aqui e agora, que constitui a forma secularizada do messianismo?

É o que pensa o próprio Daniel Bensaid, para quem "tudo não cessa de se reencontrar no presente, que não é uma categoria específica da história, mas da política enquanto pensamento estratégico de cruzamentos e bifurcações".

Como pensar a revolução num momento em que a Restauração triunfa em toda extensão? "Nós não estamos preparados, lembra Bensaid, "para não nos apoiarmos numa indestrutível montanha mágica. O que foi feito não será mais refeito. Quaisquer que sejam os desvios e os atrasos do percurso, não retornaremos a estes atos fundadores". Ora, substimamos o impacto da obliteração e da devastação do estalinismo. Potência capaz de apagar não somente Outubro mas ainda o acontecimento Marx?

Apesar de tudo, "a passagem do tempo não tem o poder de abolir o poder profético do acontecimento. Nada pode fazer com que aquilo que um dia retumbou seja abafado". Bensaid cita a este respeito as palavras de um eminente pensador: "Um tal fenômeno na história da humanidade não se esquece jamais... Porque este acontecimento é muito importante, muito misturado aos interesses da humanidade e de uma influência muito vasta sobre todas as partes do mundo para não ser colocado na memória do povos na ocasião em que circunstâncias favoráveis e recuperado quando da retomada de novas tentativas deste gênero". Estas linhas, escritas por Kant em 1795, à sombra do Thermidor, não perdeu sua atualidade duzentos anos mais tarde... □

Globalização



DANIEL BENSARD

Na medida em que a capacidade de integração nacional declina, os povos que ascenderam tardiamente a uma existência estatal são tentados a procurar uma legitimidade étnica ou religiosa.

Uma perspectiva internacionalista supõe um claro primado da cidadania sobre toda referência nacional ou étnica. Implica uma privatização das origens, como o Estado laico significou uma privatização das crenças religiosas.

A globalização em curso e a interpenetração de populações são, daqui para frente, realidades que se impõem. Numerosos problemas sem fronteiras (econômicos, ecológicos, sanitários) exigem uma redistribuição de níveis de soberania, tanto para cima (deliberações e instituições regionais) como para baixo (desenvolvimento da democracia local e regional). Quando se rompem os espartilhos nacionais, a reivindicação das identidades hereditárias ameaça sobrepujar a associação voluntária, o direito do sangue sobrepor-se ao direito do solo.

Este ressurgimento de nacionalismos vingativos no momento onde se esgota o elã histórico dos Estados nacionais não é o menor dos paradoxos. A "comunidade internacional" reconheceu nos últimos anos 17 novos países e 14 mil quilômetros de fronteiras suplementares na Europa. Na medida em que a capacidade de integração nacional declina, os povos que ascenderam tardiamente a uma existência estatal independente são tentados a procurar uma legitimidade étnica. A comunidade religiosa pode igualmente constituir uma resposta refúgio à *débâcle* das instituições fragilizadas pela crise mundial. A hierarquia religiosa reencontra assim o papel proto ou para-estatal que ela desempenhou antes do surgimento das nacionalidades modernas.

Visões idealizadas da globalização

Eric Hobsbawn sustenta que apesar de tudo "o nacionalismo étnico-linguístico" se enfraqueceu e que os Estados multinacionais serão, mais do que nunca, a regra. Esta confiança no desaparecimento do princípio nacional sob o efeito da internacionalização "objetiva" da produção demonstra ainda as miragens da razão histórica. Habermas cai em uma ilusão análoga a partir de premissas diferentes. Ele avalia que a globalização das trocas e o adensamento dos modos de comunicação deixam cada vez menos lugar para o nacionalismo agressivo. O único "patriotismo pós-nacional" concebível seria hoje um "patriotismo constitucional", à imagem do respeito desapaixonado da lei que teria caracterizado, segundo ele, a sociedade alemã ocidental antes da reunificação. Extrapolando esta laicização do laço político, Habermas proclama "pela primeira vez na ordem do dia" a abolição do "estado de natureza entre os Estados" e anuncia a paz perpétua enfim realizada: "Hoje, a vontade de auto-conservação submete todos os Estados ao imperativo de abolir a guerra como meio de solução

dos conflitos". Isso foi escrito em 1987, quatro anos antes da guerra do Golfo, cinco anos antes do começo da nova guerra dos Balkans (*Consciência histórica e identidade pós-tradicional*).

Habermas minimiza a contrapartida enlouquecida do "patriotismo constitucional alemão": este fantasma do passado que não cessa de frequentar o presente. Ele sobretudo se confunde, à sua maneira, com os marxistas mecanicistas em uma apreciação otimista da mundialização industrial e financeira, como se existisse um "internacionalismo" espontâneo do mercado e da comunicação. Ora, a concorrência liberal multiplica, pelo contrário, as desigualdades, as exclusões, as humilhações. Ela nutre frustrações e ressentimentos. Cosmopolitismo mercantil e reações identificatórias (nacionalismo purificador, fundamentalismos) são o verso e o reverso da mesma medalha.

O nacional e os blocos regionais

A crise atual do Estado nacional enquanto quadro de regulação social conjuga o desmembramento de conjuntos estatais (União Soviética, Iugoslávia, Tchecoslováquia) e as tentativas de unificação de grandes mercados regionais. Não é ainda possível discernir as formas políticas suscetíveis de responder à dupla exigência de solucionar problemas em escala internacional e de permitir o controle democrático de proximidade. No espaço intermediário do "já não mais" e do "ainda não", as nações não esgotaram seu papel histórico, desde que não recuem sobre a ruminação mítica das origens, mas se abram à redistribuição necessária dos atributos de soberania.

A explosão, o cruzamento, a imbricação de espaços monetários, sociais, políticos, jurídicos, militares, culturais, linguísticos, anuncia provavelmente um período híbrido. A formação de conjuntos regionais (tratados, pactos, União Européia) faz parte de uma tentativa de resposta ao rendimento decrescente das regulações nacionais. Mas não será de forma alguma possível reencontrar a curto e médio prazo uma adequação ampla entre estes espaços, como se fossem simples réplica em escala maior - uma espécie de ampliação fotográfica - das antigas nações. O processo combinado da globalização e da regionalização não desemboca mecanicamente em embriões de Estados regionais ou continentais. As contradições da União Européia ilustram bem o problema. O duplo processo de concentração de um capital europeu, de uma parte (por fusões e alianças entre firmas europeias) e a forma, por outra, de um capital diretamente multinacional (pela fusão e alianças cruzadas entre firmas européias, americanas e japonesas), nutre interesses e lógicas distintas. Assim, o projeto de uma Europa política não é o prolongamento natural ou o coroamento espontâneo de uma Europa econômica. Após as recessões com seus efeitos centrífugos (de 1973/4, 1982/3), as iniciativas de relançamento da construção europeia (sistema monetário, parlamento em Estrasburgo, Ata Única) vieram menos do capital do que de uma vontade dos atores políticos.

O primado da cidadania

Uma alternativa ao avanço dos nacionalismos tribais e dos recuos comunitários passa mais do que nunca por uma ligação estreita entre projetos de emancipação naci-

e cidadania

onais-democráticos e uma perspectiva internacionalista mais ampla (federações, confederações, redefinição dos termos de troca). Face ao desenvolvimento dos fluxos migratórios, à mistura das populações, ao surgimento de “sempatria” que não se reconhecem mais no recorte dos Estados realmente existentes, tal perspectiva supõe um claro *primado da cidadania* (enquanto princípio de adesão voluntária à uma sociedade política) sobre toda referência nacional ou étnica. Este primado implica uma *privatização das origens*, de forma semelhante à que o Estado laico significou uma privatização das crenças religiosas, permitindo a constituição de um espaço público distinto do espaço privado.

A prioridade da cidadania política em relação aos códigos de nacionalidade seletivos e discriminatório, uma interpretação democrática do princípio da subsidiariedade (no sentido de uma redistribuição democraticamente consentida das competências e de atributos de soberania), o respeito aos direitos coletivos (culturais, linguísticos, escolares) de minorias (e inclusive o direito à autodeterminação) definem as grandes linhas de resposta aos desafios e às armadilhas do multiculturalismo. O propósito declarado de reparar as injustiças da história para com os vencidos e de não mais ver o mundo com os olhos dos vencedores é, sem dúvida, o mais bem intencionado do mundo.

As ciladas do multiculturalismo

Mas todo enfraquecimento do princípio da cidadania universal em benefício de direitos comunitários particulares conduz a um paradoxo: o reconhecimento da pluralidade de culturas se inscreve num universalismo concreto e aberto, mas as culturas comunitárias não são necessariamente elas mesmas universalistas. Certas culturas não conheceram um processo de secularização e a religião, a sociedade e o Estado conformam um todo inseparável: o espaço público laicizado permite uma pluralidade de cultos, mas a religião exclusiva opõe a este princípio o primado de sua própria lei. Segundo a “política da diferença”, “a exigência universal promete o reconhecimento da especificidade”, mas a recíproca não é verdadeira. As minorias concernidas consideram as vezes a assimilação ou a integração como “o pecado maior contra o ideal de autenticidade”. O multiculturalismo se traduz, então, pela concorrência egoísta entre grupos em detrimento do interesse geral, por uma polícia inquisitorial da linguagem (*politically correct*), pela deformação dos princípios elementares do direito (o ônus da prova). Seus próprios iniciadores sentiram o perigo de um relativismo inconsistente. Não há outra resposta a esta ameaça de desagregação social senão a desjuntiva entre crítica legítima dos excessos centralistas e a defesa (sempre necessária) dos direitos do homem e do cidadão enquanto direitos universais.

O grande sonho internacionalista

Sempre sonhando com uma ordem cosmopolita mundial onde se concluiria a história mundial, o homem permanece até o presente um animal político de dimensões muito pequenas, restrito ao horizonte do campanário de sua paróquia ou de suas fronteiras. O projeto comunista inicial exprimia a ambição pioneira de uma mudança radical de escala. O fracasso de sua contrapartida burocrática conduziu à inquietante vaga de recuos, de crispações, de frustrações purificadoras.

Não há outro meio de enfrentá-la senão a reconstrução paciente das solidariedades de classe, da confraternização dos de baixo, contra o encontro de desrazões de Estado e do fetichismo mórbido da terra e dos mortos.

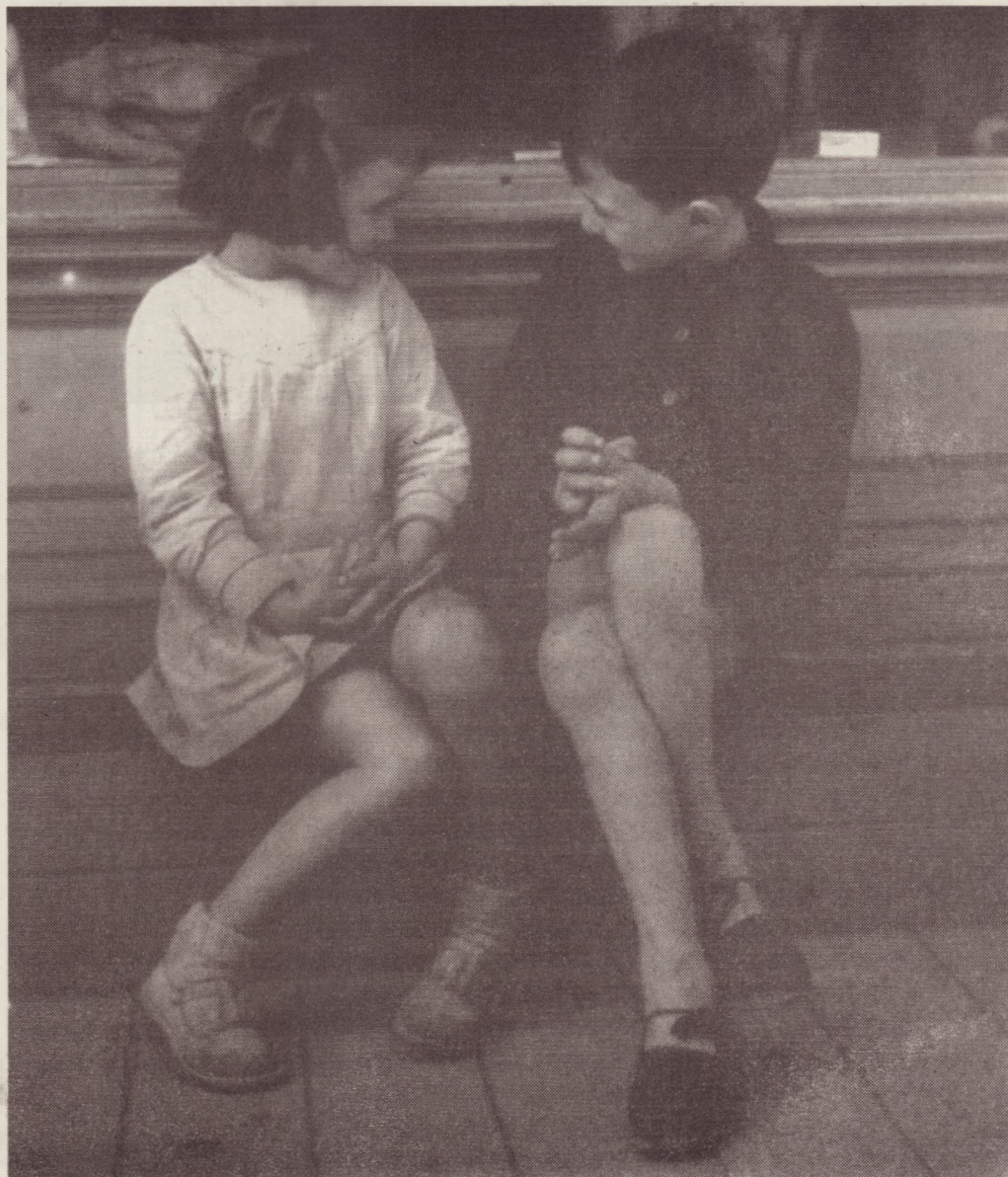
Esta renovação internacionalista passa por um retorno às próprias raízes da palavra. A nação não é a última forma histórica da comunidade humana. Ela não será, entretanto, dissolvida por decreto em um universalismo abstrato, sempre imediatamente contraditado pelo renascimento incessante de egoísmos reativos. O universalismo liberal da uniformização mercantil e da abstração monetária nutre, ao contrário, os pânicos seculares e os recuos comunitários. São dois processos indissociáveis.

O sonho cosmopolita do indivíduo comunicando-se diretamente na universalidade da Razão quebra-se no particularismo dos interesses de classe e da razão de Estado. O grande sonho internacionalista do século passado foi derrotado em Budapest e em Praga sob as esteiras dos tanques intervindo em nome de um “internacionalismo socialista”. Praticamente, a sociedade kantiana das nações tornou-se a ONU, com seu Conselho de Segurança exclusivo; a paz perpétua perdeu-se na guerra perpétua do Golfo, dos Balkans, da África. Da mesma forma que o internacionalismo abstrato se transmutou em consolo obstinado para o alinhamento incondicional ao “campo socialista” e a submissão incondicional à razão de Estado burocrática.

O internacionalismo deve pensar as nações como momentos de uma universalização concreta mediada pelas solidariedades de classe. Entre o singular e o universal, a luta de classes constitui o termo médio do silogismo social. Quando este fio vermelho, que permite encontrar a saída do labirinto de identidades, é rompido, a cena do conflito histórico é invadida de tribos e de etnias, de blocos e de campos, e outros fantasmas pouco atraentes. □

O enfraquecimento do princípio da cidadania universal a favor de direitos comunitários particulares conduz a um paradoxo: as culturas comunitárias não são necessariamente universalistas.

Quando o fio vermelho da solidariedade de classe, que permite encontrar a saída do labirinto de identidades, é rompido, a cena é invadida por tribos, etnias e outros fantasmas pouco atraentes



O PT combate o racismo?



SEBASTIÃO SAIGADO

SAMUEL VIDA

**“Vosso humanismo nos supõe universais e vossas práticas racistas nos particularizam.”
Sartre**

Desde o seu surgimento o PT se viu colocado diante do debate sobre o preconceito e a discriminação racial no Brasil. Por um lado, a retomada do movimento negro organizado teve início quase simultâneo à fundação do PT e não podia ser ignorada. Por outro, o desenvolvimento do capitalismo nas décadas anteriores ampliou as desigualdades econômicas e sociais e aumentou a exclusão do povo negro.

Portanto, para um partido que surgiu pretendendo se afirmar como canal de expressão dos “oprimidos”, era impossível fechar os olhos diante da tragédia histórica do povo negro no Brasil. Mesmo assim, o primeiro documento lançado, o *Manifesto*, não dedicava uma linha sequer ao tratamento da questão. Posteriormente, o *Programa* incorporava a luta contra a discriminação racial como elemento acessório, complementar da luta econômica, não obstante a afirmação de que não se tratava de questão secundária.

Através desta atitude, o PT não fechou os olhos para a questão racial, mas também não desvendou o manto que encobre o racismo brasileiro e promove uma redu-

ção aparente dos seus efeitos. Repetia o equívoco histórico da esquerda ao superestimar a importância da contradição de classes diante de outras contradições engendradas na sociedade e se deixava impregnar pela ideologia racista hegemônica na sociedade brasileira; tornava-se, ainda que involuntariamente, cúmplice da manutenção do “status quo racial”.

O velho racismo com nova roupagem

O racismo enquanto manifestação ideológica possui formas diversas, determinadas historicamente pela adaptação a um objetivo: a preservação de privilégios raciais imbricados com privilégios econômicos, políticos e sociais.

Nos anos 30 as elites brancas abandonaram o discurso que justificava “cientificamente” as diferenças raciais e transformavam em “naturais” as desigualdades entre os negros e os brancos. Buscando compatibilizar a situação emergente da revolução de 30 com as novas idéias predominantes no “mundo civilizado”, que condenavam as teorias explicitamente racistas, os diversos setores destas elites, inauguraram o *mito da “democracia racial”*. Construiu-se uma nova abordagem para explicar o país, a partir da idéia que a nação fora constituída pela fusão de três raças “colonizadoras”.

Para dar um caráter harmônico e credibilidade a esta fantasia de “nacionalidade brasileira” passaram a fazer a apologia da mestiçagem como forma de compatibilizar as características e contribuições de cada raça. Passaram, também, a atribuir uma ordem hierárquica às características culturais destas raças. Os brancos possuíam uma cultura mais desenvolvida, portanto mais apta a se enquadrar ao modelo de sociedade ocidental almejado. Os negros e indígenas eram povos atrasados na escala evolutiva da humanidade, poderiam dar algumas contribuições na esfera cultural mas deveriam se curvar diante da superioridade da cultura branca, européia e ocidental. Até mesmo a esquerda identificada com o ideário socialista (o “jovem” Partido Comunista) reforçava o mito da “democracia racial” atribuindo as desigualdades exclusivamente às diferenças de classes e ao capitalismo, além de condenar as manifestações e tradições da cultura negra como reminiscências primitivas e bárbaras a serem abandonadas.

Esse novo discurso racista, amplamente legitimado, impulsionou o genocídio contra o povo negro. “Democracia racial” virou sinônimo da política de embranquecimento, hierarquização cultural, subordinação das desigualdades às diferenças de classes, buscando tornar invisível a face negra no Brasil. O significado real foi a preservação, o reforço e a ampliação do controle dos espaços de poder, de representação e de gestão da sociedade brasileira, nas mãos das elites brancas.

As tentativas de constituição de um projeto e um espaço de intervenção na sociedade brasileira à partir do povo negro foram isoladas e destruídas, como mostra a trajetória da Frente Negra, combatida pela direita e pela esquerda e, finalmente, dissolvida e colocada na ilegalidade.

Através da farsa da “cordialidade entre as raças” o racismo passou a operar através de instrumentos de seleção e hierarquização que definem para os não-brancos os lugares subalternos. Esta hierarquia racial se reproduz mesmo entre a classe operária e demais setores subalternos, no terreno das relações econômicas e no âmbito das organizações populares. A ideologia racista

brasileira é tão vigorosa que até mesmo nos movimentos sociais de conteúdo democrático e popular a hegemonia dos brancos nos postos de comando e poder é vista como algo "natural".

O PT e as práticas discriminatórias

Apesar do PT se reivindicar portador de uma nova "matriz" na esquerda e na trajetória brasileira, isso não o imuniza diante da ideologia racista hegemônica. Decorridos mais de quinze anos de experiência petista podemos afirmar que, mesmo com alguns elementos diferenciadores, o PT é continuidade reciclada da tradição de esquerda que reduz as contradições da sociedade ao terreno econômico e enxerga o Brasil com um olhar branco.

Isso equivale dizer, no contexto histórico do pensar e agir na realidade brasileira, que o PT buscou atualizar o enfoque sobre a questão racial na forma sem mexer no conteúdo. A resolução aprovada no I Congresso admite o caráter eurocêntrico e reducionista da compreensão petista da sociedade brasileira "onde a questão capital X trabalho foi considerada a base explicativa de todas as contradições" e chega a afirmar que "se o PT não entender" a questão racial como estratégica "estará seriamente comprometida a sua proposta de ser o agente transformador das estruturas opressivas da sociedade.

Mas esta resolução, como tantas outras, continua adormecida no papel, não é utilizada como referencial para a ação política nem nos movimentos sociais, nem nas esferas institucionais. Nas duas campanhas presidenciais disputadas através candidatura Lula, a questão racial foi o objeto secundário, quase invisível, tanto no discurso quanto na "imagem" apresentada à sociedade através dos programas eleitorais no rádio e televisão.

Ao longo da história brasileira o povo negro tem mostrado um vigor e uma capacidade heróica para desafiar e derrotar as políticas de extermínio implementadas pelas elites brancas. Essa luta, iniciada nos quilombos, onde era reconquistada a liberdade, desenvolvidas nas sublevações e revoltas populares lideradas pelos negros, percorreu e percorre diversos caminhos. Hoje, como continuidade desta tradição de rebeldia e insubmissão, o povo negro volta a emergir como sujeito político, destruindo a invisibilidade que tentaram inutilmente lhe impor.

Por possuir maior proximidade com o cotidiano social, o PT foi o inaugurador de uma "nova" atitude das elites brancas do país. Admite-se o racismo como fenômeno social, como dados estatísticos frios, condicionando o seu enfrentamento a aspectos econômicos e culturais. Investimento na educação, redução das desigualdades, distribuição de riquezas, campanha contra fome e pela cidadania e outras generalidades são oferecidas como formas de combate ao racismo. Este tipo de discurso tem ganho adeptos e já se pode ouvi-lo em espaço governamentais e até nos meios de comunicação de massas, sinalizando a gestação de um novo modelo de preservação do "status quo racial", o adiamento eterno, a diluição de combate ao racismo nas reformas estruturais de longo prazo.

Em que pesem os objetivos programáticos e as resoluções, a presença de uma base popular sensível engajada na luta por transformações radicais, o PT vem se consolidando como parte integrante e legitimadora da ordem institucional e reproduz, inclusive racialmente, o perfil dessa sociedade, seus símbolos e valores. Por isso, torna-se ineficaz e diversionista qualquer atitude discursiva de reconhecimento do racismo não acompanhada de medidas efetivas de combate às suas manifestações. Impõe-se para o PT, o reconhecimento do povo negro como sujeito histórico particular, autônomo e portador de interesses e objetivos específicos para a construção de uma sociedade multirracial, democrática e socialista.

Os negros petistas

Se é verdade que a seleção e hierarquização propiciada pelo racismo garante privilégios raciais para os brancos, torna-se inócua o questionamento aos equívocos do PT neste terreno, se não for acompanhado de uma intervenção dos negros na vida partidária. As mudanças decorrem de disputas. Os privilegiados não se convencem por argumentos, mas pela combinação destes com força social e política.

De meados dos anos 80 até o I Congresso se verificou um razoável acúmulo organizativo no tratamento da questão racial. Foram realizados dois encontros nacionais de negros, construiu-se diversos organismos partidários e aprovou-se resoluções importantes. Mas depois verificou-se um esvaziamento e uma interrupção da ocupação e disputa no interior do partido. Alguns setores dos negros petistas passaram a questionar a existência de organismos partidários específicos e os esvaziaram e, até mesmo, aprovaram sua dissolução. Esta atitude refletia uma perspectiva inconformista com os limites internos ao debate acerca da questão racial.

Na prática, porém, este comportamento tem dificultado a unificação política do movimento e limitado sua afirmação como sujeito para propor alianças e iniciativas conjuntas com outros movimentos sociais no país. Além disso, ao esvaziar, dissolver ou negar o espaço petista para elaborar e disputar políticas em torno da questão racial esses segmentos passaram a se relacionar com o partido de forma pragmática e oportunista. O PT passou a ser uma legenda a ser utilizada em eleições e alvo permanente de críticas quanto à insensibilidade (nos momentos eleitorais!) para reconhecer os pleitos desses setores.

A recuperação, ou melhor, a "ocupação" do PT pelos negros e negras pode ser comparada a reforma agrária: só ocorrerá na marra. A presença no partido e a disputa de políticas deve se constituir numa prática permanente com objetivos estratégicos, tais como: elaboração de políticas públicas a serem implementadas nas administrações petistas; elaboração de propostas para a ação partidária no legislativo; formação política dos filiados e militantes; ocupação das direções em todos os níveis; indicação e eleição de candidatos negros para os diversos cargos de representação, etc.

Esta iniciativa só será possível mediante a constituição de espaços que incorporem a militância negra em torno de alguns acordos e objetivos comuns. Esse tipo de empreendimento, levando em conta a diversidade ideológica e política dos negros e negras petistas, deve ser construído sob a égide da tolerância, da convivência na diversidade, dentro e fora do partido, e da construção de um projeto comum do povo negro por uma sociedade brasileira multirracial, democrática e socialista. Axé Zumbi. □

Samuel Vida é militante do movimento negro e ex-presidente do PT de Salvador. Participa da entidade Níger-Okàn.

**"Nossos motivos
prá lutar ainda
são os mesmos, o
preconceito e o
desprezo ainda
são iguais."
Racionais MC's**



**"No meu país o
preconceito é
eficaz. Te
cumprimentam na
frente, te dão um
tiro por trás."
Racionais MC's**

Utopia armada

VALTER POMAR

Deu a alguns dias na **Folha de São Paulo**: a polícia mexicana prendeu Gorriarán Melo, ex-dirigente do Partido Revolucionário dos Trabalhadores / Exército Revolucionário do Povo (PRT/ERP). Gorriarán, argentino, ex-chefe de polícia na Nicarágua, foi responsável por dois lances espetaculares: o justicamento do ex-ditador Anastácio Somoza, fuzilado no Paraguai pôr um comando guerrilheiro; e o ataque a um quartel do exército argentino em La Tablada, um fracasso que custou a morte de dezenas de militantes. Gorriarán foi deportado e no momento encontra-se na Argentina, aguardando julgamento. Se dúvida, trata-se um remanescente, uma espécie de elo perdido da geração que seguiu o chamado do Che.

Deu também na **Folha**, mais ou menos nos mesmos dias: a polícia mexicana prendeu o comandante Germán, nome de guerra de um dos fundadores das Forças de Libertação Nacional (FLN). Da mesma forma como o Partido Revolucionário dos Trabalhadores criou o ERP, as Forças de Libertação Nacional defendiam, desde sua fundação em 6 de agosto de 1969, a criação de um Exército Zapatista, cuja primeira ação em larga escala ocorreria em 1º de janeiro de 1994, com a tomada de várias cidades no

estado mexicano Chiapas.

Pois bem: Germán está solto. Motivo: medo de que sua prisão fizesse o Exército Zapatista romper o armistício estabelecido há pouco com o governo mexicano. Noutras palavras: Germán é sem dúvida um membro da geração dos sessenta. Más está longe de ser um remanescente. É esta história que está agora sendo contada em dois livros recém-lançados, um no México e outro no Brasil: *La rebelión de las Cañadas*, de Carlos Tello Díaz (Editora Cal y Arena) e *México em transe*, de Igor Fuzer (Editora Scritta).

A origem dos zapatistas

Uma entre dezenas de organizações surgidas no final dos anos 60, no México, as Forças de Libertação Nacional experimentaram os insucessos de praxe. Sua primeira tentativa de implantar-se na região da Selva Lacandona terminou com a queda, em 1974, de boa parte da organização. A segunda tentativa, em 1983, obtém mais sucesso e dá origem, anos mais tarde, ao Exército Zapatista de Libertação Nacional.

Há controvérsias, mas tudo indica que o governo mexicano sabia da existência do EZLN bem antes do ano novo de 1994, e nada fez pôr razões políticas. Mas, fora os guerrilheiros, os camponeses de Chiapas e o governo, é provável que muito pouca gente soubesse de sua existência.

Os relatos são de que, de 1983 até 1994, os zapatistas desenvolveram uma intensa atividade política na região. Participaram das lutas do campesinato chiapaneco, disputaram sua influência junto às outras organizações atu-

antes na região e trabalharam uma linha de auto-defesa contra as milícias dos latifundiários.

Evidentemente não eram a única organização de esquerda atuante na região, um dos estados mexicanos menos beneficiados pela fase "progressista" e mais prejudicado pela fase neoliberal do governo priista. O que explica o seu sucesso?

Algumas pistas: a discreção; a paciência, expressa num trabalho de longo prazo (dez anos entre a implantação do núcleo dirigente e a primeira ação); o vínculo com o povo local (segundo o sub-comandante Marcos, as outras organizações ensinavam ao povo como fazer e depois "iam para a casa tomar banho"); o senso de oportunidade (a escolha do momento para vir a luz coincidiu com o agravamento da conjuntura econômico-social de Chiapas e com a vigência do Nafta); e uma política de marketing de fazer inveja a muita agência de publicidade. O sub-comandante Marcos, por exemplo, combina epístolas semelhantes aos mais longos e inspirados discursos de Fidel, e um elã de Che Guevara, *fin-de-siècle* e... um manejo esperto da Internet!

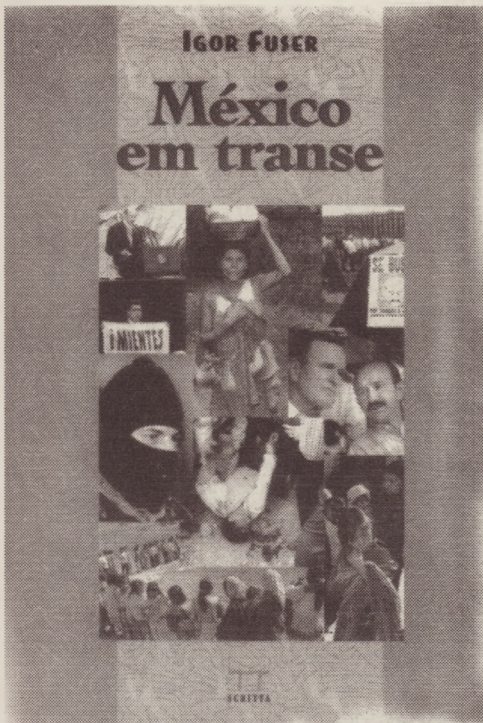
Êxitos zapatistas

Os zapatistas tem conseguido vários êxitos na política: capitalizaram descontentamento nacional contra a política neoliberal e os limites da democracia controlada imposta pelo PRI; forçaram o governo a reconhecê-los como um Exército e abrir negociação, quando em países como El Salvador gesto semelhante exigiu anos de guerra; aproveitaram um armistício para convocar uma Convenção Democrática que reuniu 6 mil delegados de todo país na Selva Lacandona, para discutir a alternativa de conjunto ao estado de coisas vigentes no México.

Aliás, num discurso feito na ocasião, o sub-comandante Marcos recusou, em nome do EZLN, a presidência da Convenção Democrática? Motivo "Uma reunião pela paz não deve ser presidida por homens armados". Então, as tropas do EZLN desfilaram com um pedaço de pano branco amarrado na ponta dos fuzis. Novamente nas palavras de Marcos, isto simbolizava um "paradoxo: são armas que almejam não serem utilizadas". Pouco antes, desfilaram as "verdadeiras tropas do EZLN": dezenas de camponeses e camponesas, jovens, velhos e crianças, alguns encapuzados e portando "armas" de madeira.

O governo bem que gostaria de liquidar com a guerrilha, mas a instabilidade política e econômica poderia transformar uma ofensiva governamental num levante nacional. De outro lado, os zapatistas buscam ganhar tempo, talvez apostando que a deterioração geral do país possa viabilizar alguma saída popular.

Qualquer que seja o desfecho do episódio mexicano, fica claro que se há algum caminho para derrotar o neoliberalismo, este é o das ações públicas, ofensivas, de massa (armadas ou desarmadas), e não os torneios retóricos onde certa esquerda tenta ser simultaneamente anti-neoliberal e "moderna". E são desmentidas as previsões derrotistas de Jorge Castañeda, intelectual mexicano com grande trânsito entre os intelectuais da "nova maioria" petista. Segundo Castañeda, passou o tempo da utopia armada; cabe a esquerda embarcar no reformismo pragmático, cujo *locus* privilegiado seria o poder local. Os zapatistas fizeram o favor de desmontar essas besteiras. Se faremos bom uso de seu exemplo, isto é outra história. □



Carlos Tello Díaz

La rebelión de las Cañadas



cal y arena

As perspectivas do PT na nova etapa da luta de classes



TENDÊNCIA DEMOCRACIA SOCIALISTA

A Tendência Democracia Socialista do Partido dos Trabalhadores realizará sua conferência nacional nos dias 9 e 10 de dezembro, em São Paulo. Na pauta, a discussão sobre perspectivas estratégicas, a situação do PT, da esquerda petista e da própria tendência. Publicamos a seguir as duas primeiras partes, ligeiramente condensadas, da resolução que a coordenação de tendência está apresentando à conferência.

I. UMA NOVA ETAPA HISTÓRICA

As transformações profundas por que passam o Brasil e o mundo caracterizam uma mudança não apenas de conjuntura mas de período, tanto no terreno nacional como no internacional. Esta mudança de período diz respeito não apenas aos movimentos no terreno político e social, mas de reorganização do conjunto da sociedade: no Brasil, o neoliberalismo ocupa o lugar do nacional-desenvolvimentismo que estruturou o país entre as décadas de 30 e 80; no terreno internacional, deixa de existir o mundo formado sob o impacto da revolução russa de 1917 e reorganizado na saída da 2ª Guerra Mundial, ao mesmo tempo que o capitalismo vive uma mutação comparável à que marcou a transição da sua fase concorrencial no século XIX para a monopolista no século XX. Não vamos aqui detalhar a análise destas transformações, já empreendida por Daniel Bensaid no texto *Referências para a análise da nova situação mundial*, publicado no **Em Tempo** nº 282, de junho de 1995.

a. A saída da crise nacional

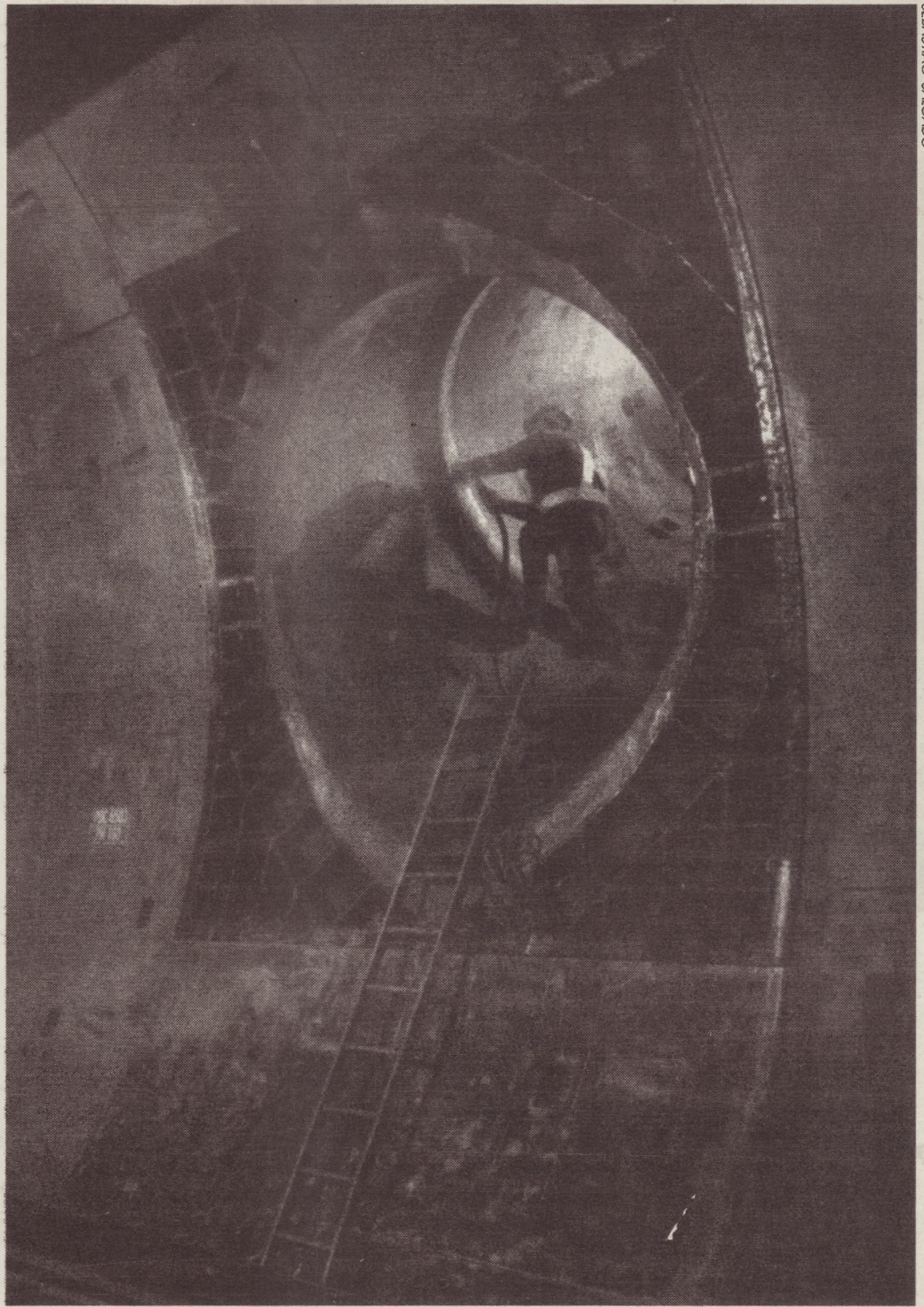
Entramos numa nova era histórica e os movimentos desta passagem engolfam a sociedade brasileira redefinindo o lugar do país na nova ordem mundial ainda em formação.

Como parte desta reorganização, tivemos um deslocamento importante de forças no interior da burguesia brasileira, não como um mero reflexo da recomposição internacional, mas resultado de uma prolongada disputa política num quadro de crise de projeto e de direção, que perdurou do final da ditadura militar ao governo Itamar. Agora, este marco foi superado, com o estabelecimento de uma nova hegemonia no interior da classe dominante.

Depois de disputar por vários anos uma saída democrática e popular para a crise nacional, sofremos em 1994 uma derrota importante. A burguesia adquiriu melhores condições de impor seu projeto de reorganização capitalista, de destruição da nação e de recolonização do país. Confrontamo-nos com um governo de direita, que busca transformar a aliança eleitoral das forças conservadoras em um pacto orgânico de poder, capaz de sustentar uma reestruturação completa do Estado brasileiro.

Uma aliança conservadora em torno do PSDB e do PFL unifica hoje quase toda a classe dominante. O governo encabezado por Fernando Henrique Cardoso representa a rearticulação de um núcleo estratégico burguês muito mais em consonância com os centros de decisão imperialistas do que a ditadura militar, num grau inédito de internacionalização da classe dominante.

Temos novamente que acumular forças, reaglutinar aliados, reorganizar referências estratégicas, demarcar no terreno político e ideológico e mostrar para a maioria da população o vínculo entre as políticas neoliberais e a queda na sua qualidade de vida. Estas são condições para retomarmos o caminho da luta pelo poder no Brasil.



SEBASTIÃO SALGADO

b. Instabilidade do modelo neoliberal

O neoliberalismo engendra uma nova hierarquia de poder no mundo. No novo período histórico em que adentramos, uma nova divisão internacional do trabalho promove uma maior marginalização e subordinação dos países da periferia.

Globalização é o processo de unificação de todos os mercados do mundo e de integração dos processos produtivos. O comando desse processo é objeto de relações complexas entre os Estados dos países centrais e as grandes corporações transnacionais. Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, o Grupo dos Sete, Clube de Paris, Comitê Assessor da Dívida Externa e a Organização Mundial de Comércio formam a constelação de órgãos encarregados



de executar as decisões daqueles centros de poder. Procuram enquadrar os países subdesenvolvidos nestas novas relações de poder (...).

Em muitos países dependentes, os Estados cumpriam um papel de relativa contraposição à lógica do mercado mundial, viabilizando alguma autonomia dos centros de decisão nacionais e o apoio a políticas de desenvolvimento nacionais. A globalização, a "desregulamentação", o reforço dos mecanismos de mercado desencadearam uma recolonização dos países da periferia. Isto é viabilizado pela instalação de governos dóceis aos interesses do grande capital internacional. No Brasil este é o sentido do governo FHC.

A desestruturação das economias nacionais está colocando em xeque a ação dos Estados nacionais. A existência de uma economia nacional depende da formulação de um projeto nacional, que não pode ser desenvolvido a partir da lógica imediatista do mercado. (...) Isso é hoje questionado pela globalização, pela investida dos governantes contra os "custos do trabalho" e os "custos do Estado". Os setores não internacionalizados das classes dominantes sofrem, em muitos países, um processo de desestabilização, mas os trabalhadores são os principais penalizados por este processo. A reestruturação liberal, o crescimento da dívida pública, o deslocamento regressivo da carga tributária em prejuízo dos pobres, a crise aguda das finanças públicas desembocam no questionamento dos mecanismos de proteção social (direitos trabalhistas, garantias para os salários, serviços públicos, seguridade social) e no crescimento das desigualdades regionais. A função redistributiva dos Estados retrocede, enquanto paralelamente atacam-se os sindicatos, em nome da redução dos custos e da competitividade.

lamente atacam-se os sindicatos, em nome da redução dos custos e da competitividade.

A nova hierarquia de poder internacional não produz a estabilização do novo padrão capitalista de acumulação. Resulta, sim, num mundo mais injusto, instável e violento, com contradições agudas. As experiências de países como a Argentina e o México, com situações muito desfavoráveis para a esquerda, mostram que o empobrecimento e a marginalização de setores e regiões inteiras podem conduzir a rebeliões, como em Chiapas, ou gerar explosões espontâneas de revolta popular, como em Santiago del Estero.

No Brasil, o "ajuste" não ganhou o caráter desindustrializador brutal que assumiu na Argentina ou radicalmente desnacionalizador, de pilhagem do país, no nível que chegou no México. Mas a abertura de mercados no Brasil já está provocando o colapso de alguns setores industriais e agrícolas e pode pauperizar regiões inteiras. Além disso, a estabilização neoliberal está sujeita a crises devido às reviravoltas frequentes da economia mundial. No caso do Brasil, uma crise cambial embora não esteja colocada a curto prazo, não está descartada; a persistência de elevados déficits em conta corrente, a ampliação da dependência de capitais de curto prazo e o novo aumento da dívida externa pode trazê-la de volta, fazendo ruir a "âncora" de toda a atual política econômica e abalar a legitimidade do governo. Além disso, a atual política econômica gera outros problemas. Impõe limites ao crescimento nacional devido ao desequilíbrio na balança de pagamentos, implicando em maior desemprego, menores gastos sociais etc. A política

de juros altos tem consequências desastrosas do ponto de vista das contas públicas, afetando a União e principalmente Estados e Municípios. E ainda gera um aumento da inadimplência e fragiliza a situação dos bancos.

Assim, as contradições internas e a instabilidade estrutural do modelo neoliberal criam um espaço potencial de disputas para as forças de esquerda e para um projeto alternativo.

c. Os desafios da conjuntura

O alinhamento completo da mídia, o grande grau de unidade da burguesia em torno das propostas neoliberais e seu controle do terreno institucional (Congresso, governos estaduais e municipais, judiciário e forças armadas), fazem com que os esforços cujo centro consiste em negociar o "mal menor" ou tentar explorar contradições secundárias no campo adversário, acabem aparecendo como um reforço da política do governo e uma descaracterização das nossas propostas.

Alterar a conjuntura supõe reforçar e potencializar as lutas sociais, legitimando-as junto à maioria da população. Cabe desenvolver as propostas de reformas democráticas e populares que possam galvanizar mobilizações populares e confrontar a "agenda oficial", criando pressões externas ao terreno institucional que alterem a correlação de forças aí estabelecida (como tem feito, por exemplo, o MST na luta pela reforma agrária). (...) Uma das maiores vitórias do neoliberalismo é quanto ele consegue aniquilar alternativas, constituindo-se, apesar do seu fracasso econômico e social para as majorias, num horizonte comum tanto para as forças da situação quanto para os de "oposição". A reafirmação de uma oposição global, a partir dos interesses do trabalhadores, é uma condição básica para enfrentar o neoliberalismo no campo econômico, político e social.

Neste quadro, uma nova agenda política está colocada para o PT e para a esquerda brasileira. Ela envolve:

- uma reelaboração estratégica do projeto para o país, oferecendo uma perspectiva alternativa à desintegração da construção nacional que advém da incorporação sem barreiras do Brasil à uma ordem internacional cada vez mais excludente;

- uma nova política de acumulação de forças sociais, redefinindo a relação do PT com sua ampla base social, reaproximando-nos das majorias golpeadas pelas políticas neoliberais;

- uma profunda reorganização programática e organizativa, que reverta as consequências negativas ao mesmo tempo que potencialize a inserção dos setores democráticos e populares nas instituições do Estado e recoloca o PT em condições de se construir com autonomia, tendo como referência básica a auto-organização dos explorados e oprimidos.

d. Novos proplemas estratégicos

(...) Tudo aquilo que está associado à atual reestruturação capitalista e ao ajuste neoliberal *redefine o cenário onde projetamos nossa ação estratégica*. Aí emergem três grandes leques de novos problemas.

Primeiro: a transformação das relações entre Estado e sociedade, a alteração do lugar do Estado na articulação das formações sociais em mutação, a reorganização das estruturas de poder burguesas. O poder da classe capitalista está mais concentrado do que nunca em escala mundial e nacional, mas seu exercício se dá através de uma redefinição de tarefas do Estado nacional paralelo ao fortalecimento do poder privado econômico e político das grandes empresas e do poder político-ideológico da mídia.

Daí decorrem dois tipos de problemas: a disputa política não pode ficar restrita ao Estado, como de fato o foi até agora (apesar de algumas formulações reconhecerem outras dimensões da disputa); e a luta por um poder popular tem que lidar com as estruturas não-estatais de poder privado fortalecidas em seu peso relativo.

Segundo: o aumento da heterogeneidade social no campo popular. De um lado, a população rural é expulsa para as cidades onde boa parte não consegue ingressar no mercado de trabalho formal; simultaneamente cresce o desemprego estrutural. Uma grande massa de excluídos sobrevivendo das mais diversas formas coexiste com o proletariado. De outro lado, continua se processando um crescimento numérico do proletariado, mas o peso da classe operária (dos assalariados no trabalho industrial) está sendo bastante re-



SEBASTIÃO SALGADO

Entramos numa nova era histórica e os movimentos desta passagem engolfam a sociedade brasileira redefinindo o lugar do país na nova ordem mundial ainda em formação.

duzido. E a desregulamentação, flexibilização, terceirização e outras iniciativas do capital para aumentar a taxa de exploração a par do questionamento do "salário indireto" que representam os serviços sociais públicos oferecidos pelo Estado, promovem uma grande diferenciação de condições sociais daqueles que estão no mercado de trabalho formal.

Dáí decorrem pelo menos três tipos de problemas: uma complexificação das condições que permitam ao proletariado vir a ser sujeito social e político principal da revolução e da construção de uma nova sociedade; um questionamento da capacidade da classe operária e mesmo do proletariado aglutinar o conjunto dos setores populares e polarizar a imensa maioria dos excluídos; e uma erosão, no imaginário contemporâneo, do papel revolucionário do proletariado (as vezes confundido com a classe operária), que se torna um fator de desestruturação de sua identidade sócio-política.

Terceiro: a mudança do lugar de um país como o Brasil no mundo, uma redefinição da sua inserção no novo sistema capitalista mundial onde o horizonte do desenvolvimento nacional e social não está mais presente. Corporações transnacionais, redes mundiais de comunicação e organizações políticas e econômicas regionais e internacionais passam a desempenhar um papel cada vez maior em detrimento dos Estados nacionais.

Dáí decorrem pelo menos três tipos de problemas: uma necessidade candente de valorização do internacionalismo em todos os terrenos práticos da luta revolucionária; dificuldades de construir um projeto que possa oferecer um horizonte de desenvolvimento em marcos apenas nacionais; necessidade de se repensar a revolução que, se se inicia com a conquista do poder (e fundamentalmente do poder de Estado) em marcos nacionais, tem também, com um peso cada vez maior, que articular tarefas internacionais (regionais e mundiais).

Estes três leques de problemas exigem uma reelaboração do projeto estratégico da esquerda brasileira e internacional.

II. EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO ATUAL DO PT

a. O papel do PT na sociedade

A avaliação do PT deve ter como referência o papel que desempenhou no período anterior na sociedade brasileira, seu posicionamento face às transformações em curso e o papel que ele pode vir a desempenhar no período em que adentramos.

O PT representa o acúmulo de quinze anos de luta dos trabalhadores e dos oprimidos, principal experiência da esquerda brasileira e referência para esquerda latino-americana e mundial.

Num país que foi o último da América a abolir a escravidão, onde historicamente os trabalhadores sempre estiveram tutelados pela classe dominante e não puderam se organizar de forma independente, o PT representou, como expressão maior do vasto processo de lutas e auto-organização operária e popular iniciado em 1978, uma novidade radical e extremamente positiva. O PT catalisou politicamente um processo muito mais amplo de organização independente que envolveu todos dos setores populares da sociedade, constituindo pela primeira vez em nossa história algo que pode ser chamado de sociedade civil, organização autônoma da sociedade que não viceja à sombra do Estado. Isso permitiu iniciar a luta efetiva pela criação de uma esfera pública no Brasil e para que o Estado perca seu caráter patrimonial (diretamente vinculado aos interesses privados dos setores da oligarquia no poder). E introduziu um conteúdo social inédito na luta democrática no país.

A existência do PT e sua atuação ao longo dos últimos quinze anos viabilizou avanços no processo de democratização da sociedade e do Estado, a partir de uma concepção onde a conquista de liberdades e direitos cada vez mais amplos e sua institucionalização são concebidas com momentos crescentes da conquista de uma democracia baseada na universalização da cidadania.

O PT unificou num mesmo marco político a imensa maioria da esquerda e da vanguarda socialista que assumiu uma perspectiva de independência de classe. Possibilitou que a esquerda brasileira acumulasse e potencializasse suas forças e se transformasse em um agente político atuante no país, capaz

até mesmo de disputar o governo central. Isso foi viabilizado pela conquista de uma democracia interna importante, sempre em disputa mas nem por isso menos real, fruto de uma luta permanente entre as forças que compõem o partido.

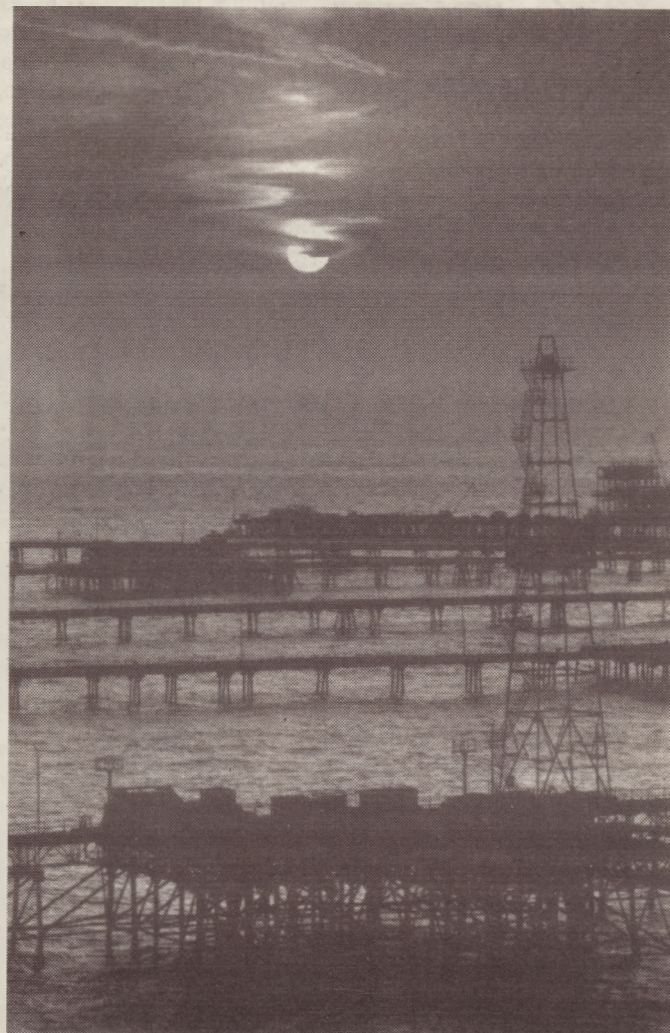
Mas as condições que propiciaram, no auge do nacional-desenvolvimentismo, o surgimento e o desenvolvimento do PT se alteraram no curso dos anos 90. A reorganização neoliberal do capitalismo brasileiro teve e continua tendo consequências profundamente desestruturadoras na base social fundamental da esquerda em nosso país, os setores organizados do proletariado. A crise do movimento socialista internacional desarticulou as referências ideológicas e o projeto de sociedade que soldavam a identidade também de nossa esquerda, enquanto as novas condições econômicas, sociais e políticas passaram a exigir uma reorganização profunda das perspectivas estratégicas. A burguesia brasileira superou sua crise de projeto e de direção política, marcante nos anos 80, e impôs derrotas importantes aos trabalhadores. No curso dos últimos anos, a classe dominante obteve vitórias decisivas no terreno da luta ideológica e foi capaz de desconstruir a proposta democrática e popular. As palavras de ordem sob as quais foi conduzida a ofensiva neoliberal no país - modernização, privatização, abertura do mercado nacional - passaram a encontrar eco no interior do próprio campo popular e mesmo no PT e na CUT.

Assim, o novo período histórico em que entramos *coloca para a esquerda brasileira e o PT uma nova agenda política e exige uma nova orientação estratégica*, colocando grandes desafios para a esquerda petista. Como afirma a tese apresentada pela Opção de Esquerda ao 10º EN do PT, "nenhum partido político, por mais rebelde que seja, é imune à sua integração às instituições políticas do Estado burguês, à desagregação do eleitoralismo, à doença senil da burocratização. Em seus quinze anos de vida, o PT influenciou decisivamente a vida política brasileira. Mesmo assim, sintomas perigosos de integração à ordem, de eleitoralismo, de senilidade começam a corroer o caráter subversivo e intransigente do PT. Setores petistas cada vez mais importantes relacionam-se com nosso partido como uma máquina eleitoral desideologizada, pragmaticamente adaptada ao jogo político dominante, ao vale-tudo controlado pelos partidos tradicionais".

Para a esquerda petista, trata-se de resgatar a singularidade do PT, como partido independente, capaz de representar os interesses dos trabalhadores e de todos os oprimidos e requalificar-se para a disputa dos rumos políticos do partido. Não há opção estratégica efetiva para a esquerda revolucionária brasileira fora da disputa em curso no PT.

b. A evolução estrutural

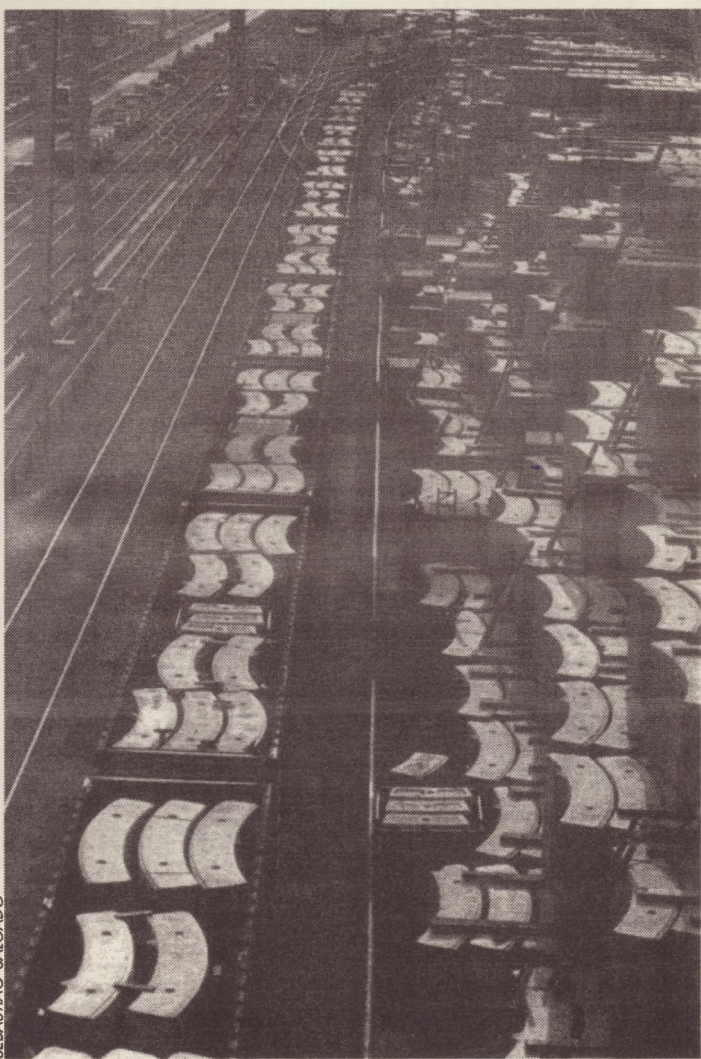
A resolução da III Conferência Nacional da DS, de 1993, registrou as condições estruturais adversas para a construção do PT como PR já então operando plenamente. "A evolução do PT durante a década de 80 deu-se à contracorrente da marcha da conjuntura internacional marcada, desde a posse de Reagan em 1980, por uma ofensiva geral do capital e a defensiva do movimento socialista. Mas houve uma *ruptura de qualidade* que acentuou a adversidade do cenário em 1989, quando o colapso do regime burocrático do Leste europeu catalisou um grande deslocamento da correlação de forças em benefício do imperialismo e tornou a



Alterar a conjuntura supõe reforçar e potencializar as lutas sociais, legitimando-as junto à maioria da população.



O novo período histórico em que entramos coloca para a esquerda brasileira e o PT uma nova agenda política e exige uma nova orientação estratégica.



SEBASTIÃO SALGADO

Esgotou-se o patamar de unidade estratégica estabelecido no PT no 5º EN, em 1987, mas o vazio de definições não foi preenchido.

ofensiva ideológica e política do neoliberalismo avassaladora. Sua hegemonia no seio da burguesia internacional ampliou-se ainda mais. A onda de choque resultante provocou muita desorientação no movimento socialista e afetou diretamente todos seus componentes, inclusive o PT.”

“Além disso, a eleição de Collor marcou a passagem, no Brasil, para uma nova situação política, muito mais adversa que a anterior. O projeto neoliberal impôs sua hegemonia no seio da burguesia brasileira, dando-lhe referências comuns e uma coerência até então ausentes. Pode desencadear uma intensa ofensiva contra as conquistas e os serviços sociais e uma política recessiva golpeou duramente os setores mais organizados da classe trabalhadora. O PT, a CUT e o conjunto do movimento democrático e popular viram seu espaço político reduzir-se de forma expressiva.”

A reestruturação neoliberal do capitalismo brasileiro, ainda que limitada pela correlação social de forças decorrente da organização e independência política conquistada pelos setores populares no país nos anos 80, prosseguiu no governo Itamar. A abertura da economia à concorrência do mercado mundial afetou muitos ramos de atividade e a indústria siderúrgica e petroquímica, até então quase totalmente estatal, foi integralmente privatizada. Enquanto isso, uma outra dinâmica socio-econômica se impunha, com a crise e a introdução de novas tecnologias e métodos de gestão. Nela, o desemprego estrutural, a terceirização, a flexibilização das relações de trabalho, a pauperização de setores maiores da população produziram uma maior fragmentação da classe

trabalhadora, maiores dificuldades para a manutenção e fortalecimento de sua identidade enquanto classe, maiores dificuldades para a organização sindical bem como a diminuição do seu nível de atividade. O novo ordenamento do tecido social do país significa um proletariado mais heterogêneo que no passado e uma expansão das massas excluídas e desorganizadas. O movimento sindical e os diferentes movimentos sociais tem tido grande dificuldade de se adaptarem às novas condições de luta.

No terreno internacional tampouco surgiram novos acontecimentos capazes de alterar substancialmente a situação defensiva da classe trabalhadora e da esquerda. O principal fato novo, a rebelião zapatista em Chiapas, é um ponto de resistência importante, mas incapaz até agora de reverter o processo político hegemônico ainda que apenas em escala mexicana. A crise associada ao traumático processo de restauração do capitalismo na Rússia e no Leste Europeu permanece em curso. O fim do regime de apartheid na África do Sul e a

posse do governo Mandela vem sendo assimilados tanto pela burguesia internacional como pela sul-africana. A desagregação da ex-Iugoslávia deu origem a nacionalismos xenófobos, processos de limpeza étnica e genocídios em pleno continente europeu. Não ocorreu, portanto, qualquer reversão das tendências políticas regressivas dominantes no cenário mundial.

Na resolução de 1993, também apontávamos como uma importante tensão adversa ao desenvolvimento do PT como partido revolucionário sua inserção na institucionalidade, sua acomodação aos limites da ordem estabelecida e sua relação acrítica com o aparelho de Estado burgueses. “As pressões integradoras do aparelho de Estado e suas instituições sobre o partido tornaram-se gerais, permanentes e seus efei-

tos cumulativos... Um setor do partido interpretou esse resultado [da eleição de 1989] como comprovação da viabilidade de uma estratégia estritamente eleitoral, como se tal coisa pudesse ser compatibilizada com o projeto político do PT. Houve uma amenização do ímpeto radical do PT e uma diluição da imagem contestatária que o partido acumulou”. A ação dos petistas em prefeituras e agora governos estaduais, num cenário global adverso às posições revolucionárias não pode deixar de reforçar estas tendências, presentes na atuação parlamentar e que se expressaram com força na campanha presidencial de Lula em 1994, contribuindo para os resultados adversos.

A contrapartida interna à vida partidária desta dinâmica socio-política externa ao PT foi o aprofundamento da dispersão política e ideológica. A mudança rápida e profunda do cenário da disputa política no país não foi apreendida com clareza pelo PT, que manteve a mesma agenda política e orientação estratégica desde 1989, quando não mais existiam as condições que então as embasavam. O esgarçamento ideológico, que avançou muito entre 1990 (7º EN) e 1993 (8º EN), foi parcialmente contido pela vitória da esquerda petista, que obteve neste momento a maioria na direção nacional do partido. Mas a derrota na campanha presidencial de 1994, tal como se deu, contribuiu para desanimar ainda mais a vanguarda social ampla do movimento democrático e popular. E a dinâmica posterior da vida partidária reforçou este quadro de dispersão ideológica e política estratégica.

c. O teste da campanha de 1994

A eleição presidencial de 1994 foi um grande confronto político no país e um teste decisivo para o PT. O que estava em disputa eram propostas de saída da crise nacional que o país vivia desde 1980, a partir da alternativa democrática e popular ou do projeto neoliberal. O governo Lula era o instrumento concreto e condição necessária para lançar, no país e na esquerda internacional, novas bases para um desenvolvimento alternativo-antagônico ao do projeto neoliberal. A derrota teve, portanto, graves consequências e representou uma mudança de qualidade no cenário nacional(...)

As raízes da derrota estão tanto nos avanços da burguesia como nas nossas debilidades acumuladas ao longo dos últimos cinco anos.

A burguesia soube, bem melhor do que nós, retirar os ensinamentos da experiência de 1989:

- construiu em torno da candidatura de Fernando Henrique um grau de unidade inédito no país das forças conservadoras (forçou até mesmo a saída de Maluf da disputa);
- empreendeu uma utilização plena e muito hábil da mídia;
- usou amplamente a máquina do Estado em benefício da candidatura oficial de FHC;
- beneficiou-se de uma articulação internacional que lhe permitiu retirar as lições da condução de enfrentamentos eleitorais contra a esquerda pelas classes dominantes de outros países, da Itália ao México, da Argentina a El Salvador. Contou com a assessoria direta, por vários anos, do Banco Mundial e do FMI, além de especialistas eleitorais que assessoraram a campanha de Clinton;
- imprimiu um caráter plebiscitário à eleição já no primeiro turno da disputa;
- desenvolveu ao longo de todos estes anos uma forte ofensiva ideológica em defesa do neoliberalismo e contra todo questionamento a ele.

A construção da unidade das forças conservadoras, a manipulação da mídia, a utilização dos recursos do Estado não viabilizariam por si mesmas a vitória do seu candidato. Era preciso encontrar um argumento eleitoralmente forte, um mote de campanha, uma maneira de transformar essa força social e política em votos. O “Plano Real”, com toda a propaganda associada a ele, foi a forma de fazê-lo. Assim, se a razão de fundo para a vitória de FHC foi a construção da maior unidade de forças conservadoras ocorrida no Brasil nas últimas décadas, o Plano Real foi o instrumento eleitoral fundamental destas forças.

Não há dúvida de que foi uma tática inteligente: escolheu como tema central uma questão de enorme importância e de grande apelo popular (a estabilização de preços), com relação à qual o Estado (Ministério da Fazenda, Banco Central) tem um grande poder para apresentar resultados a curto prazo.

Para o desarmamento do PT para esta disputa, pesaram limitações estruturais que o partido não conseguiu superar nos 8º e 9º encontros nacionais, quando se operou uma renovação da direção em torno de um eixo diferente daquele que predominou entre 1990 e 1993. Em nenhum destes momentos se discutiu a reorganização partidária.

Pesaram também os vários erros táticos e de orientação geral de campanha cometidos, muitas vezes fugindo das resoluções destes encontros.

O partido subestimou a força e a unidade da burguesia e superestimou as forças do nosso campo. As elites prepararam-se para disputar o poder; o PT se preparou para simples eleições, sem perceber que a liderança nas pesquisas não expressava a correlação de forças estrutural na sociedade. As ações militantes de campanha, o enfrentamento corpo-a-corpo foram relegados a um plano secundário; a militância dispersou-se; a FBP não conseguiu a coordenação necessária; a campanha não se converteu num movimento por reformas estruturais.(...)

Predominou uma avaliação equivocada dos efeitos de curto prazo do Plano Real, tanto no plano econômico quanto principalmente no plano político. Até julho, ele foi muito subestimado, embora já fosse notório que ele seria o carro-chefe da campanha de FHC. O plano foi anunciado com antecedência, sem que a campanha Lula oferecesse alternativa adequada. O PT assistiu de forma praticamente passiva ao processo de implantação do FSE, de "urvização" da economia, dos ajustes preventivos dos preços. Duvidou-se até dos efeitos do plano sobre as taxas de inflação. Após o lançamento da nova moeda, a campanha adotou um discurso ambíguo, que não negava em bloco a rota adotada e até a reforçava (o slogan "moeda forte com salário forte" dava uma idéia de proposta de complementação do Plano Real).

O PT não conseguiu elaborar um discurso que se aproximasse das expectativas da militância e do povo brasileiro. Refletindo as debilidades da orientação da campanha, o programa eleitoral gratuito, ao contrário do de 1989, não empolgou sequer os apoiadores da candidatura.

Os erros de orientação do PT durante a campanha foram preparados por confusões acumuladas ao longo dos últimos anos. O PSDB foi tratado pela então maioria do partido como um aliado estratégico.(...) Na luta contra a revisão constitucional, parte da bancada travou disputa pública contra a posição partidária.

d. As perspectivas do PT

A oposição do PT ao governo FHC começou de forma tímida: a crítica pública reduziu-se inicialmente a questionar a aliança com o PFL e cobrar a aplicação da "política social" anunciada.

Mas houve uma evolução positiva na bancada federal. No primeiro semestre de 1995, a disputa em torno das emendas constitucionais sobre a Ordem Econômica, notadamente a quebra dos monopólios estatais do petróleo e das telecomunicações, consolidou a oposição ao governo FHC. Perdemos a votação das emendas no Congresso, mas expressamos com nitidez nossa oposição não só às privatizações mas ao conjunto da política neoliberal do governo.

Dentro do PT, nos debates na bancada e no Diretório Nacional, ganhou a esquerda partidária, ressaltando os laços do trabalho parlamentar com os movimentos organizados dos trabalhadores. As posições que duvidavam da política de oposição dura ao governo FHC, especialmente as da *Democracia Radical*, foram isoladas.

As vésperas do 10º EN que houve uma convergência de posições (com a exceção da *Democracia Radical*) em caracterizar o governo FHC como reacionário a partir do seu núcleo central. Isto se expressou na resolução do 10º EN.

Mas esta evolução política positiva não teve nenhuma correspondência no processo de disputa do 10º EN. A partir de outros critérios formou-se um novo bloco (em torno da Articulação Unidade na Luta), que obteve uma estreita maioria. O processo posterior ao 10º EN piorou as coisas: a nova maioria buscou secundarizar a presença da esquerda na nova executiva nacional, provocou a partir daí um enorme acirramento da disputa interna. Na ausência de definições estratégicas mais claras e face a um horizonte onde todo os esforços tendam a ser canalizados pela dinâmica eleitoral, com seus efeitos desagregadores sobre a vida partidária, estes elementos apontam para dificuldades suple-

mentares na construção do PT.

Como afirmamos em nosso balanço do 10º EN (agosto de 1995), "esgotou-se o patamar de unidade estratégica estabelecido no PT no 5º EN, em 1987, mas o vazio de definições não foi preenchido. O 10º EN definiu com mais clareza a oposição ao governo FHC, mas diluiu as posições anteriores do PT sobre construção partidária e nada definiu sobre as questões estratégicas, que poderiam restabelecer um nível mínimo de unidade no partido. As contradições presentes na construção do PT, que já foram muito importantes para nossa derrota em 1994, acirram-se no novo cenário... (recolocando)... em primeiro plano o debate de rumos do partido. A antiga (e relativa) unidade em torno do objetivo estratégico de conquista da presidência, que já vinha sendo intensamente pressionada à direita no decorrer da campanha, cedeu lugar ao ambiente crispado pela luta interna no vazio deixado pela incapacidade da maioria surgida do 8º EN de construir uma nova hegemonia e pela dificuldade de abrir um debate mais fundo sobre as perspectivas de longo prazo para o PT e para a luta socialista (*Em Tempo*, nº 284, outubro de 1995, págs. 3 e 4).

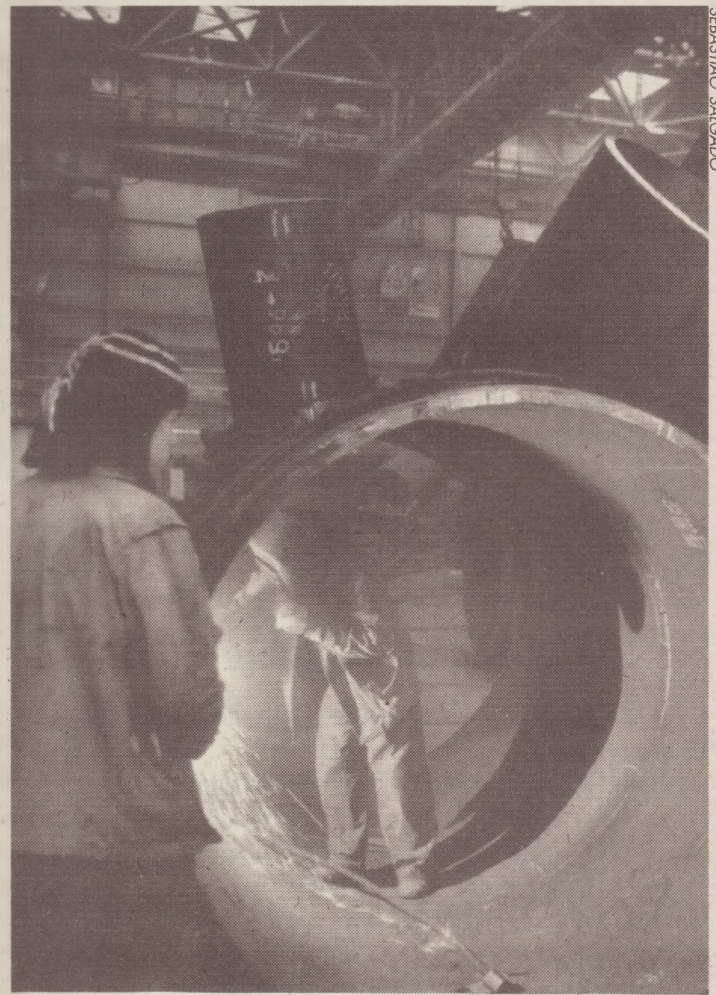
Assim, as perspectivas de construção do PT tendem a ser contraditórias. De um lado, atuamos num cenário político e social, nacional e internacional, bastante mais adverso do que no período dos anos 80. Se integramos a construção partidária nos marcos do processo mais amplo de auto-organização dos trabalhadores e dos setores populares e lembramos que o desenvolvimento da luta de massas no Brasil foi uma das fontes decisivas do dinamismo do PT, podemos dimensionar as dificuldades no horizonte. Mas, de outro lado, os posicionamentos do PT face ao governo FHC e o combate a suas iniciativas tem permitido a manutenção de um importante campo político na sociedade brasileira que busca uma alternativa de esquerda ao neoliberalismo, fator de enorme alcance estratégico objetivo para a recomposição do movimento socialista não só no país como também no continente.

A dinâmica interna do PT vem acumulando problemas crescentes não resolvidos: falta de definições estratégicas explícitas, integração acrítica ao aparelho de Estado burguês, eleitoralismo e perda de referências organizativas na construção partidária. Mas apesar de tudo isso, num quadro adverso e mesmo saindo de uma grande derrota política na disputa presidencial de 1994, temos um partido onde a esquerda acaba de obter 46% da direção - a despeito de um processo de tirada de delegados pela nova maioria artificialmente inflado pelas disputas da sucessão em vários municípios onde o partido está no governo e de um encontro nacional onde parte da delegação da esquerda foi impugnada de forma injustificada. A esquerda petista é heterogênea, passa pelo mesmo processo de redefinição de perspectivas que os revolucionários de todo o mundo, não está imune aos problemas práticos que caracterizam a vida do PT e enfrenta um momento muito adverso; mas tudo indica que suas posições estão profundamente enraizadas no partido, na sua história, cultura política e discurso estruturador.

Este conjunto de tensões, de potencialidades e de limites colocados para a construção do PT, apontam para uma conclusão: *a centralidade da esquerda capacitar-se para a disputa de rumos do PT, agora travada em condições muito diferentes do passado.* □



A situação do PT destaca a centralidade da esquerda capacitar-se para a disputa de rumos do partido, agora travada em condições muito diferentes.



SEBASTIÃO SALGADO

Tudo indica que as posições de esquerda estão muito enraizadas no partido, na sua história, cultura e discurso estruturador.

ERNEST MANDEL

Um milhão de livros, de revistas e um número incalculável de artigos na imprensa proclamam: “Marx está morto” e “o marxismo morreu”. Não é necessário aderir a um pensamento dialético para compreender que esta campanha prova exatamente o oposto do que tenta estabelecer. Não é necessário que centenas de médicos se reúnam, dia após dia, num cemitério para provar que um dado caixão contém um corpo. Na realidade, estas demonstrações, interrompidas demonstram uma coisa, que Marx e o marxismo estão vivos e incomodam.

Mas o marxismo só pode permanecer vivo se ele não se transforma num dogma petrificado, apenas se ele permanece aberto e criativo. A crise do estalinismo e do pós-estalinismo, depois da revolução húngara de 1956, possibilitou um primeiro florescimento de um marxismo criativo, rompendo com a escolástica estéril, o neo-positivismo e o pragmatismo vulgar. Hoje, as comportas podem novamente se abrir.

Programa de pesquisa

Os marxistas devem integrar dentro de suas teorias fundamentais - que são hipóteses de trabalho e não axiomas ou verdades reveladas para a eternidade - os resultados acumulados das investigações científicas correntes. Eles devem analisar em que medida estes resultados podem ser integrados em seu conjunto teórico, mantendo sua coerência interna.

Sem pretender ser exaustivo, eu queria levantar, de forma provisória, a lista das *prioridades para uma “prática teórica”*.

1. Explicar a tendência de fundo no sentido da “globalização” dos desenvolvimentos econômicos e sociais, evidentemente na relação com a internacionalização das forças produtivas do capital, e retirando as conclusões no que diz respeito à internacionalização crescente da luta de classes.

2. Integrar no combate pelo socialismo e no nosso modelo de socialismo os aspectos essenciais da crise ecológica e descobrir os modelos que permitam quantificar os custos ecológicos e a combinação deste cálculo com os custos do trabalho.

A renovação do marxismo



BRASSAI

3. Aprofundar nossa compreensão da dialética do trabalho, do tempo livre (lazer), da formação e qualificação permanente, integrando estes elementos dentro de uma compreensão mais vasta da hierarquia das necessidades humanas. Ninguém pode justificar uma visão de mundo e de seu futuro sem levar em conta as urgências prioritárias, a exigência de alimentar os famintos(as), assegurar um teto aos sem abigo, curar as doenças, eliminar a tortura e lutar contra as principais formas de discriminação, de desigualdades e de injustiça.

4. Desenvolver uma teoria das instituições políticas necessárias a uma emancipação radical, incluindo a democracia direta e representativa, partindo dos escritos de Marx e Engels sobre a Comuna de Paris, os escritos de Rosa Luxemburgo de 1918, os de Gramsci no *Ordine Nuovo*, os de Trotsky no curso dos anos 30, e as últimas contribuições da IV Internacional.

5. Ampliar nossa compreensão do impacto dialético da revolução dos meios de comunicação de massa (a cultura da imagem como diferente da cultura impressa) sobre o consumo e a produção culturais. Analisar, deste ângulo, a crise da contra-cultura proletária e seu impacto sobre o declínio relativo da consciência de classe, abrindo assim as vias para contrarrestar esta tendência.

6. Aprofundar nossa compreensão das origens da opressão das mulheres, dos meios de sobrepujá-las, da dialética da crise da família nuclear, e integrar este entendimento ao da crise mais ampla das comunidades humanas.

7. Avançar ainda mais em nossa apreensão da dialética social e individual da emancipação e da liberdade.

Esta agenda das prioridades de uma “prática teórica” não pode, por razões epistemológicas, ser separada de um esforço para se construir um mundo melhor. E não há, finalmente, nenhuma outra maneira senão a prática para testar a validade de toda teoria.

Praxis e moral

Esta agenda não pode, assim, ser destacada de imperativos morais. O marxismo possui duas raízes que são independentes uma da outra, apesar de todas as suas interconexões evidentes.

Ele possui uma base científica que responde às “leis da ciência”, e isso não pode ser subordinado utilitariamente a qualquer fim político. Ele dispõe também de um funda-

mento moral, claramente formulado pelo jovem Marx e reafirmado ao fim de sua vida: o imperativo categórico de empenhar-se em derrubar todas as condições nas quais os seres humanos são explorados, oprimidos, humilhados e alienados.

Este imperativo categórico permanece tão válido hoje, como era no passado. Ao deixar que ele guie nossa ação e nossa vida, nós somos os herdeiros de uma nobre tradição de mais de três mil e quinhentos anos de rebelião, de revolta e de revolução. Que nossos inimigos bradem suas invectivas: “Perigosos utopistas!” A história fala contra eles.

No essencial, liquidamos o escravagismo, o feudalismo, a Inquisição e a queima dos hereges nas fogueiras. Tomamos de assalto inúmeras Bastilhas. Ultrapassaremos também o estatuto do trabalho assalariado.

Mas só venceremos se nossa prática política e social estiver em conformidade estrita com nossos princípios; se nos recusarmos a aprovar ou mesmo não fecharmos os olhos, para toda política contrária a estes princípios - mesmo que esta política seja aplicada em nome do socialismo e do progresso, por socialistas que se proclamem como tais. □